



**FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE  
PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES  
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – UAB  
COORDENAÇÃO GERAL DE ARTICULAÇÃO ACADÊMICA**  
Esplanada dos Ministérios – Bloco L Ed. Sede – Sobreloja Sala 118  
CEP 70047900 Brasília DF Tel: (61) 2104 9611 – Fax: (61) 2104 9178



## **PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO ÂMBITO DO SISTEMA UAB**

### **ESPECIALIZAÇÃO GESTÃO EM SAÚDE**

**MATO GROSSO. MAIO DE 2009**

## ASPECTO ACADÊMICO

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, Estados-Membros e Municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional-desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO; COUTO, 1996; PINHO; SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma **nova gestão** de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adotam o *welfarismo* municipal.

As políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), respectivamente. Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRUCIO; COUTO, 1996; ABRUCIO, 2005). Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Keidemann (2006).

Um dos pontos que merece destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal (CF), há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas tal como.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade de Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. Dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) revelam que a receita própria dos municípios está aquém do potencial de arrecadação. De fato, a Tabela 1 mostra que nem todos os municípios cobram Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU (93%) e apenas 83% tem sistema de cobrança informatizado. No que tange ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN, somente 83,7% dos municípios cobram e apenas 67,9% o fazem com sistema informatizado. Na Região Nordeste a situação é preocupante: menos da metade dos municípios (47,6%) tem sistema de ISSQN informatizado. Ressalte-se que, no Brasil, essa situação é mais frequente nos municípios com população abaixo dos 20.000 habitantes.

Tabela 1 - Municípios, total, com cadastro imobiliário, com cobrança de IPTU, Planta Genérica de Valores e cadastro para cobrança do ISS, com indicação da existência de sistema informatizado dos cadastros e da Planta Genérica de Valores, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios – 2006

Grandes e classes de tamanho da população dos municípios	Regiões	Municípios							
		Total	Cadastro imobiliário		Cobrança de IPTU	Planta Genérica de Valores		Cadastro para cobrança do ISS	
			Total	Informatizado		Total	Informatizado	Total	Informatizado
<b>Brasil</b>		<b>5 564</b>	<b>5 203</b>	<b>4 623</b>	<b>5 196</b>	<b>4 018</b>	<b>3 120</b>	<b>4 661</b>	<b>3 780</b>
Até 5 000		1 371	1 276	1 084	1 277	904	653	1 062	797
De 5 001 a 10 000		1 290	1 175	1 016	1 180	844	624	1 024	815
De 10 001 a 20 000		1 292	1 198	1 065	1 189	923	707	1 095	862
De 20 001 a 50 000		1 033	981	899	975	812	666	919	775
De 50 001 a 100 000		311	308	296	308	278	240	300	279
De 100 001 a 500 000		231	229	227	231	221	196	225	216
Mais de 500 000		36	36	36	36	36	34	36	36

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006, IBGE (2006).

Em relação a taxas, os municípios brasileiros estão longe da eficiência arrecadadora, conforme prevê a LRF. A Tabela 2 revela que taxas de coleta e de limpeza pública são cobradas em menos da metade dos municípios.

Tabela 2 – Percentual total de municípios com existência de taxas instituídas em 2006

Brasil	Total	Com existência de taxas instituídas					
		Taxa de iluminação	Taxa de coleta de lixo	Taxa de incidência	Taxa de limpeza pública	Taxa de poder de polícia	Outros tipos de taxas
	100	70,0	49,5	3,7	42,3	55,3	43,3

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006 IBGE (2006).

Esses dados mostram que o Poder Público Municipal não está preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir a legislação relacionada à arrecadação. É razoável afirmar que isso se deve à carência de quadro de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa.

Nesse sentido, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais capacitados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais bem desenvolvida, com a (re) estruturação e (re) valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). No âmbito estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

Para tanto, é preciso que seja dada oportunidade a cidadãos e a estados e prefeituras de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional.

## Histórico

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um programa do Ministério da Educação (MEC), gerido pela Diretoria de Educação a Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e pela Secretaria de Educação a Distância (SEED).

A UAB foi implantada, oficialmente, por meio de editais públicos, em 2006 e 2007, ofertando, em 2008, 40.000 (quarenta mil) vagas em diversos cursos, abrangendo 562 Pólos de Apoio Presencial ao ensino, em quase todas as regiões do País, conforme pode ser observado na Figura 1.

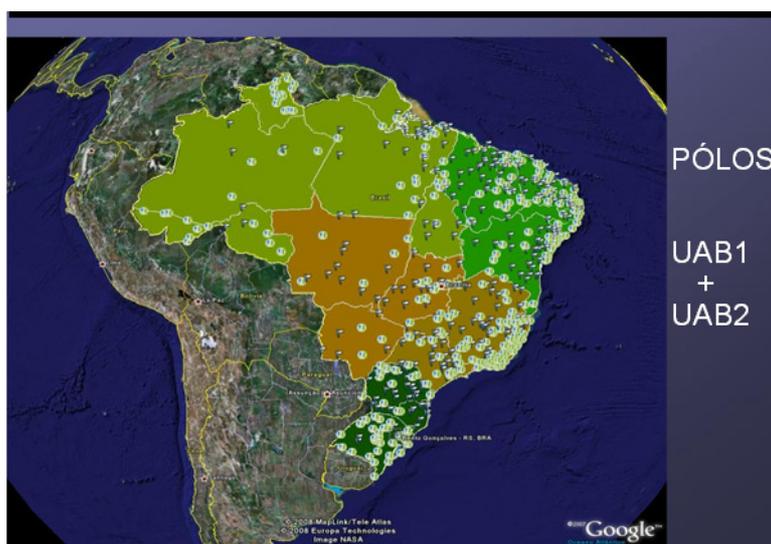


Figura 1: Distribuição dos Pólos de Apoio Presencial da UAB no Brasil, por Estados – 2008

Foram várias as ações precursoras da criação da UAB. Dentre elas é possível destacar:

- Curso de Pedagogia, do Núcleo de Educação Aberta e a Distância (NEAD) da Universidade Federal do Mato Grosso, em 1995;

- b) Consórcio CEDERJ do Rio de Janeiro (da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro) em 2000;
- c) Projeto Veredas: Formação Superior de Professores, da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2002;
- d) Projeto Piloto Curso de Administração, modalidade a distância, numa parceria Banco do Brasil – MEC e Instituições Públicas de Ensino Superior em 2006.

Outra experiência foi com o Pró-Licenciatura, lançado pelo MEC, em 2005, para formar 180 mil professores de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. O público-alvo foram os professores atuando nas salas de aula sem a formação exigida por lei. Nesse Programa estão previstas bolsas de estudo e a oportunidade de fazer a graduação, em serviço e a distância, em instituições públicas, comunitárias e confessionais.

Os cursos a distância do Pró-Licenciatura têm a mesma duração dos cursos presenciais ofertados pelas IES e a instituição precisa ser credenciada para trabalhar com educação a distância. Abrange cursos para formação de professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio em língua portuguesa e estrangeira, história, geografia, educação física, ciências biológicas, matemática, física e química.

Também em 2005, o MEC lançou o consórcio entre IPES para oferecer licenciatura a distância em biologia. Equipes de oito universidades integrantes deste consórcio ofereceram 1.300 vagas em curso de licenciatura a distância em biologia.

O consórcio é integrado pela Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

O Curso foi montado em parceria por equipes das oito universidades para concorrer à Chamada Pública da Secretaria de Educação a Distância (Seed/MEC), que destinava recursos para instituições públicas de ensino superior que tivessem projetos para cursos de graduação a distância.

O conteúdo da licenciatura, produzido em conjunto por professores da área de biologia das instituições, foi dividido em módulos e ministrado por meio de fascículos impressos e via internet. Os estudantes sem acesso à rede fazem o curso por meio de material impresso. O Curso tem duração mínima de quatro anos, e priorizou professores que atuem na rede pública.

A seleção de estudantes foi feita por meio de vestibular, aplicado em 45 municípios nos estados participantes. Nestes municípios ocorrem as fases presenciais do curso, que constituem de 20 a 30% do conteúdo total.

Mais uma ação de EaD foi lançado pelo MEC em 2006, o Pró-Formar com a oferta do curso de Licenciatura em Educação Infantil – modalidade a distância. É resultado de parceria interinstitucional estabelecida pelo consórcio Pró-Formar, assinado pelos reitores das Universidades, visando a formação de rede de formação entre: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Estas IPES, ao ofertarem cursos de formação inicial e continuada, gratuitos e de qualidade, usando para isso a modalidade à distância, firmaram seu compromisso com a escola pública e exercendo seu papel social, função e dever do Estado. O curso é destinado preferencialmente aos profissionais em exercício na Educação Infantil, em instituições públicas de atendimento as crianças de até 6 anos, que tenham ensino médio completo, residentes nos municípios convenentes.

Os objetivos deste programa ultrapassam os limites de uma profissionalização restrita apenas a obtenção de uma titulação e apontam para perspectivas de continuidade e de abrangência que contemplem a qualificação acadêmica, o plano de carreira e a política de remuneração. Essa formação específica em que a teoria e prática se mesclam numa dinâmica transformadora e construtora de novos saberes, capaz de proporcionar, cada vez mais, um atendimento de qualidade às crianças menores de 6 anos de idade.

## **Objetivos da UAB**

A Diretoria de Educação a Distância da CAPES (UAB) tem como objetivos principais:

I - fomentar as instituições públicas de ensino superior e pólos municipais de apoio presencial, visando a oferta de qualidade de cursos de licenciatura na modalidade a distância;

II - articular as instituições públicas de ensino superior aos pólos municipais de apoio presencial, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil - UAB;

III - subsidiar a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores, potencializando o uso da metodologia da educação a distância, especialmente no âmbito da UAB;

IV - apoiar a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica, mediante concessão de bolsas e auxílios para docentes e tutores nas instituições públicas de ensino superior e tutores presenciais e coordenadores nos

pólos municipais de apoio presencial; e

V - planejar, coordenar e avaliar, no âmbito das ações de fomento, a oferta de cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições públicas e a infra-estrutura física e de pessoal dos pólos municipais de apoio presencial, em apoio à formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

## **Experiência da UAB no curso de Administração**

O curso piloto de graduação em Administração inaugurou, efetivamente, a UAB em 2006. Foi iniciado com a participação de 25 universidades públicas brasileiras – federais e estaduais – com mais de 10.000 estudantes em vários Estados. Isso foi possibilitado com a parceria entre o MEC/SEED, o Banco do Brasil (integrante do Fórum das Estatais pela Educação) e as universidades que aderiram ao projeto.

Os estudantes ingressaram por vestibular atendendo aos requisitos de cada uma das instituições vinculadas ao sistema UAB. O curso, nível bacharelado, com duração de quatro anos e meio, foi organizado em nove módulos semestrais, com carga horária total de 3.000 (três mil) horas. Além de participar dos encontros presenciais, que ocorrem preferencialmente aos sábados, o estudante desenvolve atividades a distância, como o estudo do material didático e trabalhos escritos, estudo de casos, pesquisas, acompanhado por um sistema de tutoria que permite o monitoramento do seu desempenho. Com a supervisão da SEED/MEC e da CAPES, coordenadores das 25 IPES que oferecem o curso piloto, se reúnem (por meio de um Fórum) de três em três meses para avaliar o andamento da experiência, avaliar a modalidade discutir os métodos de ensino e de aprendizado, tomar decisões sobre o material didático e, sobretudo, socializar as experiências para garantir qualidade do curso.

Este Fórum é uma experiência impar no setor público brasileiro, pois coordena uma rede de IPES que atuam colaborativamente na busca de um objetivo comum, ou seja, o ensino público de administração à distância gratuito e de qualidade.

## **Objetivos do Programa**

O curso tem por objetivo a qualificação de pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais e do Magistério Superior. Especificamente, pretende:

- a) capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
- b) capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
- c) contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal;
- d) contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

## **Público-Alvo**

O curso destina-se aos portadores de diploma de curso superior que exercem atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor ou que tenham aspirações ao exercício de função pública. Os objetivos de aprendizado para o estudante são os seguintes:

- a) compreender os conceitos básicos e terminologias nas áreas funcionais chave de organizações do primeiro (Estado) e terceiro setores nas áreas: gestão, estratégia, operações, finanças públicas, recursos humanos e outras;
- b) demonstrar habilidade para diagnosticar, analisar e oferecer soluções para situações organizacionais/empresariais complexas;
- c) desenvolver habilidades-chave (comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, liderança) requeridas para uma carreira gerencial de sucesso;
- d) estar apto para fazer a integração das áreas funcionais do negócio para permitir tomadas de decisões acertadas para a empresa como um todo.

Os Cursos permitirão o crescimento profissional e acadêmico do estudante por meio de:

- a) orientação da habilidade do pensamento crítico para os problemas de governo;
- b) desenvolvimento da habilidade de analisar estrategicamente as questões de relacionamento organização-ambiente ao invés de oferecer apenas soluções operacionais;
- c) fortalecimento da habilidade de comunicação por meio de discussões presenciais e a distância (*chats*), estudo de *cases*, trabalhos escritos e apresentação presencial de seminários;
- d) aumento da capacidade de liderança na organização através da participação em trabalhos em equipe;
- e) ampliação da compreensão das variáveis ambientais que afetam a *performance* organizacional;

- f) ênfase na natureza global do atual ambiente dos negócios e seu impacto sobre a tomada de decisão;
- g) melhoria da habilidade de tomada de decisão em ambientes organizacionais mais complexos, por meio do uso de processos de simulação de situações estratégico-operacionais;
- h) integração dos aspectos teóricos e práticos do negócio, através da elaboração de projetos e análise de *cases*.

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, é conseqüência de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado aos Cursos de Especialização em Gestão Pública é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizado ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Aliada a esta "personalidade dinâmica e flexível" – traço essencial na garantia de um *bom* desempenho do profissional da gestão – é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma "visão estratégica dos negócios públicos", o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

Deste modo, independente dos conhecimentos "comportamentais" e "de contexto", exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus "recursos" humanos, financeiros e de produção e de gestão pública, evidentemente referenciada em um compromisso ético com a construção de uma sociedade justa.

**No campo organizacional** e de seus recursos espera-se que o Gestor seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e sociedade em geral. Para tal, exige-se que o Gestor seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

**Na área de estudos governamentais**, é imprescindível que o Gestor seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da "coisa pública" de modo eficiente, mas, também, responsável, permitindo, assim, a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.

## PÓLOS E NÚMERO DE VAGAS

O curso de Especialização em Gestão em Saúde será ofertado pela UNEMAT nos Pólos de Apoio Presencial da UAB com os seguintes números de vagas:

Nº	Município	Pólo	Nº de Vagas
1	Alto Araguaia	UAB	30
2	Cáceres	CEFAPRO	30
3	Guarantã do Norte	UAB	30
4	Jauru	UAB	30
5	Juara	UAB	30
6	Pontes e Lacerda	UAB	30
7	Tangará da Serra	CEFAPRO	30

## Concepção do Programa

Com a justificativa de um Estado mais enxuto e eficiente, o Governo Collor patrocinou o desmonte do Estado brasileiro para transformá-lo em "Estado mínimo", inspirado no *new public management*. A partir de então, houve uma redução do quadro de funcionários via aposentadorias precoces. Com a reforma administrativa no início do governo FHC, em 1995, desenha-se um Estado regulador e indutor ao invés do Estado desenvolvimentista verificado no Brasil até o final dos anos 1980.

O Governo Lula, que teve início em 2003 e se estenderá até 2010, está recompondo o quadro de servidores e, sem negar as mudanças havidas nos dois governos que o antecederam, implantou: a) reformas do modelo de gestão

pública, b) ações voltadas para a inovação gerencial; e c) um Estado promotor da inclusão social com programas compensatórios de nível nacional (BRANDIÃO; PALASSI; FERREIRA, 2007).

A mudança do papel repercutiu no aparelho do Estado no âmbito federal, estadual e municipal, trazendo demandas gerenciais mais complexas. Isso significa uma administração mais profissionalizada, exigindo gestores com sólida formação teórico-conceitual nas áreas sociais, políticas, econômicas e administrativas.

Na esfera da União, vislumbra-se a necessidade de um gestor mais generalista e com conhecimento em logística para atender, principalmente, às áreas de educação e saúde, que respondem por 34% e 21%, respectivamente, do total de servidores da União, segundo dados da ENAP. Nessas áreas há programas importantes e de grande magnitude – como a distribuição de material escolar, pelo MEC, e de preservativos, retrovirais e medicamentos, pelo Ministério da Saúde – que necessitam de competência específica em logística para atingir todos os estados e municípios brasileiros.

No nível estadual, além de uma forte formação conceitual, indica-se um gestor que possa trabalhar a estrutura organizacional do estado-membro e conceber formatos de redes de cooperação intermunicipais. No caso da estrutura administrativa, é sabido que os governos estaduais ainda não introduziram as mudanças necessárias para exercer o novo papel do Estado no Brasil, como revela Abrucio (2005). A formação de redes é uma possibilidade – com várias experiências positivas – de induzir o desenvolvimento regional a partir do esforço conjunto. Dos 5.564 municípios brasileiros – com 4,5 milhões de servidores – a maioria não possui economias de escala para alavancar o desenvolvimento de áreas prioritárias, como saneamento, habitação, manutenção de vias públicas urbanas e rurais.

No âmbito do município, a formação do gestor precisa ser mais específica. Em um profundo estudo sobre os municípios brasileiros, o Banco Mundial, em parceria com o IPEA, indica cinco grandes prioridades: a) aumentar a competitividade da cidade; b) desenhar um sistema subnacional de crédito sustentável baseado no mercado; c) melhorar a provisão de serviços usando a participação do setor privado; d) melhorar as eficiências nos mercados urbano e fundiário; e) insistir numa melhor colaboração entre governos locais (BANCO MUNDIAL, 2006).

O plano diretor ou estatuto da cidade, na forma como é concebido no Brasil, revela-se como um grande plano estratégico; nesse caso, é preciso que o mesmo tenha um tratamento do tamanho de sua importância, tanto na elaboração quanto na sua implantação. Por um lado, a gestão da receita municipal exige conhecimento mais aprofundado de tributação; por outro, licitações e contratações, aliadas à administração de projetos compõem o lado dos gastos. Vale lembrar que a introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) alterou a forma de gestão pública no Brasil, conforme sugere Banco Mundial (2006).

As diretrizes do Programa devem oportunizar uma formação que privilegie tanto a dimensão profissional quanto a dimensão política, buscando-se:

- a) formação ético-humanística que a formação do cidadão requer;
- b) formação técnico-científica condizente com as exigências que o mundo do trabalho contemporâneo impõe.

A estrutura curricular do Programa de Especialização em Gestão Pública é concebida, inspirado em Costa (1996), num jogo de correlação de forças que determina critérios de validade e legitimidade pelos quais são produzidas representações, sentidos e instituídas realidades; é um lugar de circulação das narrativas, mas, sobretudo, é um lugar privilegiado dos processos de subjetivação, da socialização dirigida, controlada.

Constituído de um conjunto articulado e normatizado de saberes, o currículo se constrói refletindo as relações estabelecidas num jogo de poder em que se confrontam visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas e significados sobre as coisas e seres do mundo, continua (COSTA, 1996).

Como uma prática social que se desenvolve a partir das relações entre os sujeitos da relação pedagógica, num contexto sócio-econômico-cultural específico, o currículo deste Programa é construído na perspectiva de uma formação científica de qualidade e uma formação humanista que contribua para a construção de uma sociedade mais justa, mais democrática, mais solidária e mais tolerante. Portanto, abrange também conteúdos técnicos para permitir a compreensão e a solução de problemas organizacionais complexos.

## **Abordagens teórico-práticas**

Para tanto, esta proposta para os Cursos de Especialização em Gestão Pública a distância traz como base para sua sustentação as seguintes diretrizes:

- a) nortear a concepção, criação e produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma a contemplar e integrar os tipos de saberes hoje reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, práticas e fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
- b) promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, curiosidade e criatividade;
- c) selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos públicos-

- alvos, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- d) adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários;
  - e) nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorizar a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o fim de resolvê-los, para estimular e orientar a auto-avaliação.

Há três princípios que nortearão a estrutura curricular do Programa: epistemológicos, metodológicos e dinamizadores:

## PRINCÍPIOS EPISTEMOLÓGICOS

Esses princípios, que devem sustentar a formação e o perfil do profissional de administração, são expressos através de duas dimensões:

- a) dimensão epistemológica: que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas às ciências que integram o currículo do curso;
- b) dimensão profissionalizante: que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador em todas suas relações sócio-político, cultural e nas perspectivas da moral e da ética.

Tendo em vista essas duas dimensões, a estrutura curricular do Programa de Administração Pública sustenta-se em dois módulos de estudos, a saber: Módulo Básico, que se refere aos fundamentos da administração e da administração pública, e Módulos Específicos, contemplando quatro áreas de concentração, abrangendo a esfera pública geral ou municipal, a gestão de organização de saúde pública, a organização escolar pública.

## PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

Tendo presente que a Estrutura Curricular deve incorporar a compreensão de que o próprio currículo e o próprio conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais particulares e históricas e, ainda, que deve ser orientado numa perspectiva crítica onde ação-reflexão-ação se coloquem como atitude que possibilite ultrapassar o conhecimento de senso comum, três conceitos são escolhidos para servir não só de elo entre as diferentes áreas e os diferentes núcleos de conhecimento, mas também de fio condutor para base metodológica do curso, a saber:

- a) **Historicidade** é vista como característica das ciências. Através desse conceito espera-se que o estudante perceba que o conhecimento se desenvolve, é construído, num determinado contexto histórico/social/cultural/ e, por isso mesmo, sujeito às suas determinações. O desenvolvimento do conhecimento, por ser processual, não possui a limitação de início e fim, consubstanciando-se num *continuum* em que avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições histórico-culturais em que as ciências são construídas;
- b) **Construção** é outro conceito que perpassa todas as áreas e núcleos de conhecimento do curso, para que o estudante reforce sua compreensão de que, se os conhecimentos são históricos e determinados, eles são resultados de um processo de construção que se estabelece no e do conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura. Essas relações, por serem construídas num contexto histórico e culturalmente determinadas, jamais serão lineares e homogêneas e que ele, estudante deve se imbuir do firme propósito de transformar-se num profissional que não só aplica conhecimentos, mas também que produz conhecimentos;
- c) **Diversidade** é importante que o estudante compreenda como as diferentes abordagens determinam posicionamentos político na ação administrativa.

## PRINCÍPIOS DINAMIZADORES

Os princípios dinamizadores do currículo do curso são decorrentes não só das abordagens epistemológica e metodológica do curso, mas também do fato de que os estudantes terão uma abordagem teórico-prática dos conteúdos trabalhados.

A adoção desse princípio implica uma dinâmica curricular que torne o vivido pensado e o pensado vivido, com a incorporação, no processo de formação acadêmica, da experiência profissional ou das práticas vividas pelos estudantes, a dialeticidade entre o desenvolvimento teórico das disciplinas e sua construção pela prática; ou seja, a reflexão teórica e a prática estarão presentes de forma dialetizada na experiência da formação profissional.

Essa direção metodológica implica inter-relações epistemológicas, em que a construção integradora do

conhecimento põe-se como princípio também fundamental no desenvolvimento do curso, buscando-se o reconhecimento da autonomia relativa de cada área de conhecimento e a necessária dialogicidade na busca do conhecimento da realidade educacional.

Como o Programa será desenvolvido na modalidade a distância, outros princípios se colocam como fundamentais na construção curricular: interação, autonomia, trabalho cooperativo, inter e transdisciplinaridade, investigação, relação teoria e prática, flexibilidade e dialogicidade.

### **Rede de Instituições Públicas**

O Programa será desenvolvido por Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) em parceria com a CAPES, SEED/MEC, Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Escola de Gestores, da Secretaria da Educação Básica (SEB), Ministério da Educação e Ministério da Saúde. À exemplo do que ocorre na oferta do Curso de Graduação em Administração – Projeto Piloto – a garantia de implantação dos preceitos aqui preconizados será dada pelo Fórum Nacional do Ensino Público de Administração, na modalidade a distância.

O Fórum tem o papel de integrar as políticas e as experiências de ensino, pesquisa e extensão, na área de administração, reunindo os Coordenadores de Cursos de Administração oferecidos pela IPES, nos níveis da graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu*.

### **Coordenação**

A coordenação do Curso será realizada pelo Prof. Dr.a Eliane Ignotti, professor permanente do quadro docente da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT – em regime de Dedicção Exclusiva.

### **Carga Horária**

A estrutura curricular do curso é composta por um conjunto de 14 disciplinas, abrangendo as três áreas de concentração, e uma monografia ou artigo científico que revele domínio do tema escolhido, tratamento científico adequado e sua apreciação por uma banca examinadora. São as seguintes as áreas de concentração:

- a) Gestão de Organização Pública (420 horas)
- b) Gestão Pública Municipal (420 horas)
- c) Gestão de Organização Pública de Saúde (420 horas)
- d) Gestão de Organização Escolar Pública (420 horas)

Para integralização curricular o estudante deverá cumprir a carga horária referente aos créditos de cada Área de Concentração, além da elaboração de *artigo científico* aceito ou publicado em revista com corpo editorial ou trabalho completo publicado em anais de evento científico. Ou, ainda, de monografia, que revele o domínio do tema escolhido e tratamento científico adequado.

Ressalte-se que a especialização pode comportar “Seminários Temáticos”, que destacariam, mais acentuadamente, as atividades de pesquisa na realidade vivenciada pelo estudante. É um esforço para permitir que o estudante possa ser um dos atores efetivos, junto com o professor de conteúdo, responsáveis pela construção do seu conhecimento em gestão pública, a partir da sua interação com a própria realidade em que vive. Se forem realizadas, as atividades do “Seminário Temático” vão culminar em seminários abertos à sociedade.

### **Período e Periodicidade**

O Curso, com início previsto para setembro de 2009, terá uma duração de 15 (quinze) meses, incluindo cumprimento de créditos e elaboração de monografia. Para o desenvolvimento dos conteúdos serão organizados, dentre outros, os seguintes recursos didáticos:

- a) Textos impressos de apoio ao estudo, por disciplina;
- b) ambiente virtual de aprendizagem (AVA) para comunicação entre os sujeitos e a disponibilização de textos complementares;
- c) encontros presenciais;
- d) sistema de acompanhamento (tutoria )

A IPES, por intermédio da UAB/MEC, disponibilizará aos estudantes a estrutura existente nos Pólos, com infraestrutura técnica e pedagógica, laboratório de computação, biblioteca, para as atividades presenciais e como base de apoio para os estudos durante todo o curso.

No desenvolvimento do curso, serão realizados encontros presenciais destinados a discussões temáticas com os

professores das disciplinas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem, apresentações de monografias.

Os encontros presenciais serão realizados no início e no decorrer de cada semestre. No início do curso, servirão para oferecer visão da dinâmica do curso e da modalidade a distância. Será realizado também treinamento para uso adequado do ambiente virtual de aprendizagem. No início de cada semestre, haverá entrega dos materiais didáticos do semestre e o calendário.

Ao longo do semestre, seria interessante propiciar encontros presenciais fazendo coincidir a finalização de uma disciplina – momento este em que se realizará a avaliação da mesma - com o início da seguinte – propiciando ao cursista um mapeamento de seu percurso. Assim, os encontros durante o semestre servirão para discussões temáticas por parte dos professores das disciplinas ofertadas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem, apresentação de trabalhos.

## Conteúdo Programático

O curso, com 420 horas aula, terá dois módulos: um básico, que é núcleo comum aos quatro cursos e um específico, por área de concentração.

### Módulo Básico

O módulo básico será o núcleo comum para todas as habilitações. É composto por sete disciplinas, de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	C.H.
1	Estado, Governo e mercado	30
2	O Público e o Privado na Gestão Pública	30
3	Desenvolvimento e mudanças no Estado brasileiro	30
4	Políticas Públicas	30
5	Planejamento Estratégico Governamental	30
6	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30
7	Elaboração de Indicadores	30
-	TOTAL DE HORAS/AULA	210

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma tomada de consciência sobre a atual política do governo, situando-a na passagem que vem se dando, ao longo destes últimos anos, de um Estado Gerencial para um Estado Necessário. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, as diferentes ações e programas implementados pela atual administração pública.

#### 4.2. DISCIPLINAS: CRONOGRAMA E CORPO DOCENTE

NOME DAS DISCIPLINAS	N.º DE HORAS	INÍCIO MÊS / ANO	TÉRMINO MÊS/ANO	NOME DO PROFESSOR	TÍTULO PHD/DR. MS, ESP.	IES A QUE ESTÁ VINCULADO
Estado, Governo e Mercado	30	Set/2009	Out/2009	Luis Gustavo Marin Cuba	DR	UNEMAT
O Público e o Privado na Gestão Pública	30	Out/2009	Nov/2009	Aparecida de Fátima Alves de Lima	DRA	UNEMAT
Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	30	Dez/2009	Jan/2010	Ademir Machado de Oliveira	MSc	UNEMAT
Políticas Públicas	30	Jan/2010	Fev/2010	Raimundo Nonato C. de França	MSc	UNEMAT
Planejamento Estratégico Governamental	30	Jan/2010	Fev/2010	Marines Orlandi	MSc	UNEMAT
O Estado e os Problemas Contemporâneos	30	Fev/2010	Mar/2010	Raimundo Nonato Cunha de França	DR	UNEMAT
Elaboração de Indicadores	30	Mar/2010	Abr/2010	Raoul Angel Carlos Olivera	MSc	UNEMAT
Políticas de Saúde: fundamentos e diretrizes do SUS	30	Abr/2010	Mai/2010	Antonia Maria Rosa	MSc	UNEMAT
Gestão da Vigilância à Saúde	30	Mai/2010	Jun/2010	Naudia da Silva Dias	MSc	UNEMAT
Organização e Funcionamento do Sus	60	Jun/2010	Jul/2010	Cláudia Maria Guimarães Lopes de Castro	MSc	SES/MT
Gestão dos Sistemas e Serviços de Saúde	60	Jul/2010	Ago/2010	Eliane Ignotti	Dr.a	UNEMAT
Gestão Logística em Saúde	30	Set/2010	Out/2010	Amaury do Carmo Carvalho e Silva	MSc	UNEMAT
Defesa de Monografia		Nov/2010	Dez/2010			

**OBS:** Os currículos resumidos de cada um dos professores acima citados encontram no Anexo 1

**4.2 EMENTA E BIBLIOGRAFIA DE CADA DISCIPLINA**  
(apresentar na ordem em que aparece no cronograma)

## Módulo Básico

O módulo básico será o núcleo comum para todas as habilitações. É composto por sete disciplinas, de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	C.H.
1	Estado, Governo e mercado	30
2	O Público e o Privado na Gestão Pública	30
3	Desenvolvimento e mudanças no Estado brasileiro	30
4	Políticas Públicas	30
5	Planejamento Estratégico Governamental	30
6	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30
7	Elaboração de Indicadores	30
-	TOTAL DE HORAS/AULA	210

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma tomada de consciência sobre a atual política do governo, situando-a na passagem que vem se dando, ao longo destes últimos anos, de um Estado Gerencial para um Estado Necessário. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, as diferentes ações e programas implementados pela atual administração pública.

### EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS DO MÓDULO BÁSICO

Disciplina 1	Estado, governo e mercado
--------------	---------------------------

#### I – Objetivo

Essa disciplina enfoca as complexas relações entre Estado, governo e mercado nas sociedades capitalistas contemporâneas. Partindo das duas matrizes teóricas que explicam as relações entre Estado e sociedade no sistema capitalista – a liberal e a marxista – a disciplina analisa criticamente as diversas interpretações concorrentes e/ou sucessivas sobre as sempre tensas e dinâmicas relações entre Estado, governo e mercado.

#### II – Ementa – Fatos Geradores

Os atores envolvidos na esfera pública, sejam elas governantes, funcionários, fornecedores, clientes, beneficiários, usuários de serviços públicos ou agentes objetos da regulação estatal movem-se e posicionam-se no espaço público orientados por uma ou mais concepções teóricas concorrentes sobre as relações entre Estado, governo e mercado nas modernas sociedades capitalistas. Por essa razão, é fundamental aos gestores públicos, em exercício ou em formação – independentemente da esfera de governo em que atuem ou venham a atuar – conhecer os diferentes fundamentos e lógicas que orientam a ação dos agentes envolvidos (stakeholders).

#### III – Ementas - Tópicos

1. Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea, segundo as principais concepções e teorias: marxistas (Przworsky, 1995) e liberais (Sartori, 1997). 2. Desafios teóricos e políticos colocados aos analistas e atores políticos pelas mudanças produzidas sob o capitalismo contemporâneo (Bobbio, 1983; Guiddens, 1996; Anderson, 1996).

#### IV – Bibliografia Básica

ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo” in: SADER, Emir (org.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo : Paz e Terra, 1996. pp. 9-23.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Paz e Terra, 2007.

BOBBIO, Norberto. *Qual socialismo?* 2ª ed. São Paulo : Paz e Terra, 1983. “Quais as alternativas à democracia representativa? pp. 55-74.

GUIDDENS, Anthony. *Para além de esquerda e direita*. Trad. Alvaro Rattner. São Paulo : UNESP, 1996. Introdução pp. 9 -30.

HAM, Cristopher; HILL Michael. O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). Capítulos 2 e 3 (p. 39-91).

O’DONNELL, G. (1981) “Anotações para uma teoria do Estado”. Revista de Cultura e Política, nº4, 1981.

OSZLAK, O. Estado y sociedad: ¿nuevas reglas de juego? Reforma Y Democracia : Revista del CLAD. N.9 (Oct. 1997), p. 7-61

PRZWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Trad. Argelina C. Figueiredo & Pedro P. Zahluth. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1995. Parte 3, “O governo do capital” - pp. 87-115.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo : Ática, 1997. Vol 1. Cap. 6, “A democracia vertical”, pp.181-245.

## V – Bibliografia Complementar

BOBBIO, Norberto & BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAHL, Robert. *Um prefácio à teoria democrática*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1989. Cap. 3 - A democracia poliárquica.

GIDDENS, Anthony. *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa : Editorial Presença, 2000.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro : Tempo brasileiro, 1984. 386 p.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Trad. Rita Lima. Rio de Janeiro : Graal, 1980. 307 p.

SANTOS, Wanderley G. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo : Duas Cidades, 1978. “A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa”, pp.67-117.

SARTORI, Giovanni. *Teoria democrática*. São Paulo : Fundo de Cultura, 1965. Cap. XV, “Liberalismo e democracia”, pp. 366-393.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Rio de Janeiro, LCT, 1998.

WEFFORT, Francisco. *Qual democracia?* São Paulo : Cia das Letras, 1992. Cap. 7, “Democracia e socialismo”, pp.141-165.

WEFFORT, Francisco. “Marx: política e revolução” in: WEFFORT, F. (Org.) *Os clássicos da política*. Vol. 2. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1996. pp. 225-277.

Disciplina 2	O Público e o Privado na Gestão Pública
--------------	---

## I – Objetivo

Essa disciplina tem por objetivo delimitar com clareza para o aluno as diferenças entre a esfera privada, que é âmbito de

atuação por excelência do administrador de empresas, e a esfera pública, na qual se situa a Administração pública e age o gestor público.

## II – Ementa – Fatos Geradores

Tradicionalmente, os poucos cursos de administração pública oferecidos no país partem do núcleo duro das teorias e disciplinas que compõem os currículos de administração de empresas, a ele acrescentando alguns outros temas e matérias mais diretamente ligados à gestão dos negócios públicos pelo Estado. Esse ponto de partida deixa de pôr suficientemente em relevo a diferença fundamental entre a esfera pública e a privada, da qual derivam todas as demais diferenças teleológicas, organizacionais e funcionais existentes entre as organizações do Estado e as da sociedade civil, sejam elas empresas, sindicatos e associações com ou sem fins lucrativos. Por ser essencial ao gestor público ter absoluta clareza dessa diferença, de forma a poder exercer adequadamente as suas funções e atribuições com as quais ele se encontra investido na qualidade de servidor público, é que esta disciplina foi inserida no módulo básico deste curso. Da precisa separação entre esfera pública e esfera privada, que remonta ao Direito Romano, mas que só recentemente adquiriu os seus contornos mais definidos nas sociedades contemporâneas do Ocidente, é que decorrem todas as demais diferenciações relevantes para o agente público: de um Direito Público e de um Direito Privado; a separação entre Estado e sociedade civil; a delimitação dos poderes dos governantes em relação ao conjunto do Estado e aos cidadãos.

## III – Ementas – Tópicos

1. A dicotomia público-privado; a primazia do público sobre o privado; as fronteiras entre o público e o privado; as prerrogativas do Estado sobre os agentes privados; os direitos do cidadão e os deveres do estado; interesses privados e interesses coletivos; Instituição e organização; organizações públicas e organizações privadas.
2. O servidor como agente da ação do Estado; os diferentes agentes públicos e as suas formas de investidura; as prerrogativas do estado e as garantias do servidor; regime estatutário e regime contratual; vínculo estatutário e vínculo empregatício; cargo público e emprego no setor privado; A ética profissional do servidor público.
3. Os princípios norteadores do serviço público – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; poderes e deveres do administrador público; dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade, dever de prestar contas; poder disciplinar, poder de polícia, poder discricionário.
4. As diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades.
5. Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais; reorientação do papel do estado: da produção à regulação de bens e serviços; a defesa do interesse público na competição globalizada: Estado e agentes econômicos privados internacionais; Novos princípios de gestão pública: planejamento participativo; democratização do Estado; promoção da cidadania. a nova orientação estratégica de governo federal: inclusão social e redução das desigualdades; crescimento econômico com geração de emprego e renda; promoção da cidadania e fortalecimento da democracia.

## IV – Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987. Cap. 1, “ A grande dicotomia: público/privado”, pp. 13-31.

CARVALHO, Iuri M. “O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado : parâmetros para uma reconstrução” in: *Revista Diálogo Jurídico*, nº 16, Salvador, 2007 [http://www.direitopublico.com.br/pdf/PrincipiodaSupremacia\_ULTIMAVERSÃO.pdf]

MEIRELLES, Helly Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 14ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

NASCIMENTO, Márcio G. O controle da administração pública no Estado de Direito. Direitonet, 2005. [http://www.direitonet.com.br/artigos/x/20/23/2023/]

PÓ, Marcos V. & ABRUCIO, Fernando L. “Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras semelhanças e diferenças”. *RAP*, nº 40 vol. 4 , jul/ago 2006. pp. 679-98.

## V – Bibliografia Complementar

ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo” in: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Trad. João Ferreira, Carmen C. Varriale e outros. Brasília : Ed. UnB. 1986.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987. Cap. 3, “ Estado, poder e governo”, pp. 53-133.

- BORÓN, A. (2004) "Las 'reformas del estado' en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática". Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Disponível
- BRESSER PEREIRA, L. A reforma do Estado nos anos 90: lógicas e mecanismos de controle. Brasília: Mare, 1997. (Cadernos do Mare, 1)
- BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. "Da administração pública burocrática à gerencial", *Revista do Serviço Público*. Brasília : ENAP. Volume 120, n. 1, jan-abr, 1996.
- DINIZ, Paulo. Responsabilidade Social Empresarial e Sociedade Política: elementos para um debate acerca da questão social no neoliberalismo. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais, Uberlândia, 2007. Capítulos 1 e 2.  
em: <http://www.cadtm.org/IMG/pdf/031227boron.pdf>
- FIORI, José Luis. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro : Insight, 1995.
- HARVEY, D. (2006) "Neoliberalismo como destruição criativa". *InterfaceHS Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*. Disponível em:
- HOBBS, Thomas. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 2ª ed. São Paulo : Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)  
[http://www.interfacehs.sp.senac.br/images/artigos/74\\_pdf.pdf](http://www.interfacehs.sp.senac.br/images/artigos/74_pdf.pdf)
- MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. *Do Espírito das Leis*. Trad. Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. 2ª ed. São Paulo : Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)
- OSZLAK: De menor a mejor: el desafío de la "segunda" reforma del Estado
- PAES DE PAULA, Ana. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. *RAE, FGV*, Volume 45 - Número 1 - Janeiro-Março 2005.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Trad. Lourdes Santos Machado. 4ª ed. São Paulo : Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores)
- SAES, Décio. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In *República do capital – capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo, Boitempo,
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3ª ed. Brasília : Editora UnB, 1994.

Disciplina 3	Desenvolvimento e mudanças no Estado brasileiro
--------------	---

### **I – Objetivo**

Essa disciplina tem por objeto levar o aluno a compreender como o Estado e a sociedade foram se modificando e desenvolvendo no Brasil, a partir da Primeira República, até chegar à conformação em que se encontram atualmente.

### **II – Ementa – Fatos Geradores**

A adequada compreensão de longos e complexos processos de transformação social, como os experimentados pelo Brasil desde a proclamação da República até os dias de hoje, repousa sobre um conjunto variado de saberes produzidos por diferentes disciplinas, como a história, a sociologia, a economia, a administração, o direito e a ciência política. Para que esses vários conhecimentos possam ser devidamente associados e adequadamente assimilados, faz-se necessária a adoção de uma perspectiva interdisciplinar e histórica afim de costurá-los com a linha do tempo. Assim, interdisciplinaridade e contextualização histórica são os eixos fundamentais que devem orientar o desenvolvimento desta disciplina.

### **III – Ementa – Tópicos**

Desenvolvimento econômico, mudança social e centralização e descentralização político-administrativas no Brasil: Da República oligárquica à República democrática do Século XXI . 1. Federalismo e governo de elites na primeira República (Abrúcio, 1998, cap 1; Bresser-Pereira, 2001); 2. Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas (1930-1945) (Souza, 1976, cap. IV; Santos, 1979, cap.4); 3. Democracia e desenvolvimento sob a Segunda República (1946-1964) (Souza, 1976, cap. V; Lessa, 1983, Soares, 1973); 4. Autoritarismo e redemocratização (Abrúcio, 1998, cap. 2; Bresser-Pereira, 2001; Santos, 1979, cap.5, Reis, 1978, Diniz, 1997).

### **IV – Bibliografia Básica**

ABRUCIO, Fernando L. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo : HUCITEC, 1998. Cap. 2, “A passagem do modelo unionista-autoritário para o federalismo estadualista: a origem do novo poder dos governadores”, pp.59-108.

BRESSER-PEREIRA Luiz C. “Do estado patrimonial ao gerencial” In Pinheiro, Wilhelm e Sachs (orgs.), *Brasil: Um Século de transformações*. S.Paulo: Cia. das Letras, 2001. pp. 222-259.

DINIZ, E. Governabilidade, democracia e reforma do Estado : os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, E. AZEVEDO, S. (Org.). *Reforma do Estado e democracia no Brasil*. Brasília : UnB, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando. “Partidos políticos na Câmara dos Deputados, 1989-1994”, *DADOS*, vol. 38, nº3, 1995.

LESSA, Carlos. *Quinze anos de política econômica*. 4ª ed. São Paulo : Brasiliense, 1983.

MARTINS, Luciano. Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64. Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista.

SANTOS, Wanderley G. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro : Campus, 1979. Cap I e II, pp.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1973.

SOUZA, Maria C. C. *Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964*. São Paulo : Alfa-Ômega, 1976. Cap. IV, “Os mecanismos da centralização” pp. 83-104.

## V – Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Maria H. T. “Federalismo e políticas sociais”. *Rev. bras. Ci. Soc*, 1995, vol.10, nº.28, pp. 88-108.

FLEURY, Maria T. Leme, FISCHER, Rosa M. Cultura e poder nas organizações. 2.ed. 2. tiragem. São Paulo: Atlas, 1997.

LAVINAS, Lena; MAGINA, Manoel A. & COUTO E SILVA, Mônica. *Federalismo e Regionalização dos Recursos Públicos*. Rio de Janeiro : IPEA, 1995. [Textos para discussão No 369]

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964*. Trad. Gustavo F. G. Aranowick. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 2006, vol., n. 69. LAMOUNIER, B. e SOUZA, A. de. "Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança". *Dados*, v.34, n.3, 1991, p.311-348.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. "O Coronelismo numa interpretação sociológica" in: *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo : DIFEL, 1975. Tomo III - O Brasil Republicano, Livro 1, 1975. Cap. 3.

REIS, Fábio Wanderley (org.). *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*, São Paulo : Símbolo, 1978.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). *Governabilidade, sistema político e violência urbana*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1994.

Disciplina 4
--------------

Políticas Públicas
--------------------

## I – Objetivo

A disciplina apresenta esses dois enfoques do estudo das Políticas Públicas, mostrando como se deu a sua gênese e desenvolvimento, estabelecendo suas diferenças em termos de objeto, metodologia, viés ideológico, e explicitando as razões que fazem com que o Enfoque da Análise de Políticas seja mais adequado aos propósitos da Gestão Pública. Seu objetivo central é capacitar o aluno a perceber as duas faces da Política Pública: a de planejamento aparentemente racional e neutro realizado pelo Estado (*policy*) e a de resultante de ações dos atores políticos visando à defesa dos seus interesses e valores (*politics*). Para tanto, se apóia no estudo do ciclo da política ou do processo de elaboração da política pública, entendido como o conjunto dos momentos de formulação, implementação e avaliação, através de utilização de conceitos como conflito aberto, encoberto e latente, não-tomada de decisão, modelo cognitivo, política simbólica, #

## II – Ementa – Fatos Geradores

**III – Ementa Tópicos:** 1.A análise de políticas públicas e seus problemas; 2.as mudanças na legislação e nas instituições de políticas sociais no Brasil;Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Estudos das novas responsabilidades e novas posturas que os governos municipais vêm assumindo quanto às políticas públicas. Estudo das experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular. Articulação e implementação nas dimensões locais e globais e os alcances e limites dos governos municipais. Controle e Avaliação das Políticas Públicas.

## IV – Bibliografia Básica

ARRETCHE, Marta T. S. “Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo”. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Jun. 1999, vol.14, no.40, p.111-141.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. Brasília: Revista do Serviço Público, nº. 2, abr-jun 1998.

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Vozes, 1999.

DEMO, Pedro. Política Social, Educação e Cidadania. Campinas: Papirus, 1996.

DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. Brasília: Revista do Serviço Público, nº. 1, jan-mar 2001.

DRAIBE, Sônia Miriam. Brasil: O Sistema de Proteção Social e suas Transformações Recentes. CEPAL: Projeto-Reformas de Políticas para Aumentar a Efetividade do Estado na América Latina. Julho de 1992.

DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário Latino-Americano. Lua Nova, nº. 31, 1993, p. 5-46.

DRAIBE, Sônia Miriam. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. São Paulo em Perspectiva. Vol. 11, nº. 4, out-dez 1997, p. 3-15.

DUNN, William N. Public Policy Analysis: An Introduction. 3<sup>rd</sup>. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004.

DYE, Thomas R. Understanding Public Policy. 11<sup>th</sup>.ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.

ELIAS, Paulo Eduardo. Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde. Lua Nova, nº. 40/41, 1997, p.193-215.

FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. Cadernos FUNDAP. Desafios da Gestão Pública Paulista. São Paulo: Fundap, set-dez, 1996, p. 59 –102.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Brasília: IPEA, Revista Planejamento e Políticas Públicas, nº. 23, jun 2001.

LAURELL, Ana Cristina. Para um novo Estado de Bem-Estar na América Latina. Lua Nova, nº. 45, 1998, p. 187-204.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. Reforma do Estado no Setor de Saúde no Reino Unido e nos Estados Unidos. In: Cadernos ENAP, nº.13, 1997, p. 79-112.

MELLO, Guiomar Namó. Políticas Públicas de Educação. Estudos Avançados (USP), vol.5, nº. 13, 1991, p. 7-47.

MENY, Ives e THOENIG, Jean-Claude. Las Políticas Públicas. Madrid: Ariel, 1992.

MESA LAGO, Carmelo. Desarrollo social, reforma del Estado y de la seguridad social, al umbral del siglo XXI. Revista del CLAD: Reforma y Democracia. n. 15, outubro de 1999, p 7 – 70.

MILANI, Carlos R.S. “Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política”. *Sociologias*, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 180-214.

MISHRA, Ramesh. O Estado-Providência na Sociedade Capitalista. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 1995.

NUNES, Edson. A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: ENAP, 1997.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação: Um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo ( Org.). O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152.

New Jersey: Prentice-Hall, 1993.

RICO, Elizabeth Melo (Org.). Avaliação de Políticas Sociais. São Paulo: Cortez, 1999.

SAMPAIO Jr. Plínio de Arruda. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, José Luís ( Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Wanderley G. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro : Campus, 1979. Cap. 1 “Teoria social e análise de políticas públicas”, pp. 11-14, e cap. 2 “Legislação, instituições e recursos da política social brasileira”, pp. 15-44

SUBIRATS, Joan. Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración. Madrd: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. Revista de Administração Pública, vol. 30, nº. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.

#### **V – Bibliografia Complementar**

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. Sistematizando e comparando os Enfoques de Avaliação e Análise de Políticas Públicas: uma contribuição para a área educacional. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: Revista de Sociologia e Política, v.17, n.15, nov, 2000.

HAM, Cristopher; HILL Michael. O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp).

ROTH, André-Noël. Políticas Públicas: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.

SANTOS, Wanderley G. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro : Campus, 1979. Cap. 4 “Teoria Do laissez-faire repressivo à cidadania em recesso”, pp. 71-82, e cap. 5 “Acumulação e equidade na ordem autoritária brasileira”, pp. 83-123.

Disciplina 5	Planejamento Estratégico Governamental
--------------	--

**Ementa:** Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.

#### **IV – Bibliografia Básica:**

ALMEIDA Paulo R. *A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica*, 2004. (Mimeo)

CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. Revista do Serviço Público, Ano 54, Número 1, jan-mar 2003

ETKIN, Jorge. Política, Gobierno y Gerencia de las Organizaciones. Buenos Aires, Prentice Hall, 2000

FISCHMANN, Adalberto A. e ALMEIDA, Martinho I. R. de . Planejamento Estratégico na Prática. SP: Atlas, 1995

LIMA, Blanca Olias de (coord). La Nueva Gestión Pública. Pearson Educación S. A. Madrid, 2001

MATUS Carlos. Adeus Senhor Presidente: governantes governados, São Paulo: Fundap, 1996. p.19-70.

MATUS Carlos. O método PES. São Paulo: Fundap, 1995, pp.51-100.

MINTZEMBERG, Henry. Ascensão e Queda do Planejamento Estratégico. São Paulo, Bookman Ed, 2004. p.183-256.

MINTZEMBERG, Henry. Safári de Estratégia. São Paulo: Bookman, 1999.

MINTZEMBERG, Henry; Jan Jorgensen. Uma estratégia Emergente para la Política Publica. Gestión y Política Pública, vol. IV, num. 1, México, primer semestre de 1995.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia , práticas. SP: Atlas, 1988

#### **V – Bibliografia Complementar**

MATUS, Carlos. Política planejamento e governo. Brasília: IPEA, 1996.

OLIVEIRA, José A. P. “Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas”. *RAP*, Rio de Janeiro N°40, VOL. 1, Mar./Abr. 2006, pp.273-88.

### **I – Objetivo**

O objetivo desta disciplina é, a partir da análise do contexto brasileiro atual, colocar em destaque problemas de natureza política, social e econômica cujo equacionamento não poderá ocorrer sem uma ativa participação do Estado; seja por intermédio de políticas públicas neles focalizadas, seja através da geração de um ambiente que permita um processo de negociação mais adequado entre os atores com eles envolvidos.

Uma questão a tratar é o processo que parece estar ocorrendo de crescente apropriação do público pelo privado. Esclarecer as características desse processo e evidenciar os procedimentos envolvidos, a partir da consideração desse tipo de problemas, é um dos objetivos da disciplina.

Problemas de cunho sócio-econômico como os relacionados à distribuição de renda e riqueza, à geração de trabalho e renda, à inclusão social, à realização de reformas, ao aumento da transparência e da participação popular, serão, muito provavelmente, priorizados. As trajetórias das políticas públicas concernentes a esses problemas, e os efeitos da inclusão da agenda neoliberal no seu processo de elaboração, serão estudadas a partir dos instrumentos usualmente empregados para analisar a conjuntura: reformas e coalizões. \*

### **II – Ementa – Fatos Geradores**

**III – Ementa– Tópicos:** Tema com abrangência nacional, regional ou local definido pela Coordenação do Curso.

**IV – Bibliografia Básica:** a ser complementada de acordo com o tema definido pela Coordenação do Curso.

KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez ; Brasília : UNESCO, 2001. Cap. 3, “Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?”, pp.69-103.

ITUASSU Arthur & ALMEIDA Rodrigo (org.) *O Brasil tem jeito? Vol.2: Educação, saúde, justiça e segurança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

**V – Bibliografia Complementar:** a ser complementada de acordo com o tema definido pela Coordenação do Curso.

INSTITUTO DNA BRASIL. *50 brasileiros param para pensar a vocação do país*. São Paulo : Instituto DNA Brasil, 2005.

### **I – Objetivo**

Esta disciplina visa dotar os alunos de conhecimentos de natureza técnico-instrumental no âmbito da problemática da gestão estratégica, tática e operacional, com particular destaque para os elementos de recursos informacionais no contexto do desenvolvimento de sistemas de avaliação de desempenho mais eficazes.

### **II – Ementa – Fatos Geradores**

Nos últimos anos, o uso de indicadores no sistema de gestão dos órgãos públicos difundiu-se no Brasil. Os órgãos de controle dos diferentes Poderes, como as controladorias e tribunais de contas, passaram a avaliar o desempenho dos programas e dos órgãos públicos com base não apenas na legalidade dos atos, mas nos indicadores de desempenho estabelecidos. Toda uma metodologia de elaboração e avaliação de indicadores foi e continua sendo desenvolvida, no Brasil e no mundo, e a sua utilização tornou-se obrigatória.

### **III – Ementa– Tópicos:**

1. Avaliações – tipologias, sistemas, processos e requisitos de recursos informacionais;
2. Indicadores – conceitos, critérios, classificações e utilização;
3. Processo de elaboração – gestão do ciclo de vida, análise custo-benefício da produção e utilização de indicadores.
4. Indicadores brasileiros – bases de dados.

### **IV – Bibliografia Básica:**

GASPARINI, Liz V. L. *Análise das inter-relações de indicadores econômicos, ambientais e sociais para o desempenho sustentável: um instrumento de monitoramento da sustentabilidade organizacional*. Florianópolis : UFSC, 2003.

JANNUZZI, Paulo.M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas : Alínea, 2001.

## V – Bibliografia Complementar:

BOSCHILÉA, Emília c. *Produção e utilização de indicadores: conceito e método*. Curitiba : FGV-BSB, 1997.

CARDOSO, Regina L.S. *Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público*. São Paulo : CEPAM, 1999.

CARLEY, Michael. *Indicadores sociais: teoria e prática*. Rio de Janeiro : Zahar, 1985.

GUIMARÃES, José R.S.; JANNUZZI, Paulo .M. *Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas*. (trabalho apresentado no XIV Encontro de Estudos Populacionais, ABEP, realizados em Minas Gerais, 20-24 de setembro de 2005)

JANNUZZI, Paulo .M. “Estimação de demandas sociais para fins de formulação de políticas públicas municipais” *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 33

MACHADO, Nelson. *Sistema de informação de custo: diretrizes para integração ao orçamento público e à contabilidade governamental*. Brasília : ENAP, 2005.

TAKASHINA, N; FLORES, M. *Indicadores da qualidade e do desempenho: como estabelecer metas e medir resultados*. Rio de Janeiro : Quality Mark, 1997.

TIRONI, L.F.; SILVA, L.C.E.; VIANA, S.M. et al. *Critérios para a geração de indicadores de qualidade e produtividade no serviço público*. Brasília : IPEA/MEFP, 1991 (Texto para discussão nº238)

## Módulo Específico em Gestão de Organização Pública de Saúde

O módulo específico é composto por duas disciplinas de 60 horas e quatro disciplinas de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	C.H.
01	Políticas de Saúde: fundamentos e diretrizes do SUS	30
02	Gestão da Vigilância à Saúde	30
03	Organização e Funcionamento do Sus	60
04	Gestão dos Sistemas e Serviços de Saúde	60
05	Gestão Logística em Saúde	30
	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	210

## Ementas e bibliografias do Módulo Gestão de Organização Pública de Saúde

Disciplina 01	Políticas de Saúde: fundamentos e diretrizes do SUS
---------------	---

O objetivo é proporcionar o desenvolvimento das capacidades necessárias para conhecer o contexto socioeconômico, cultural e político que conformam o campo da gestão em saúde no Brasil; atuar na construção de políticas sociais de caráter intersetorial, na perspectiva da promoção da saúde e estimular o fortalecimento do controle social em todas as instâncias de gestão dos sistemas de atenção à saúde.

### Ementa:

- Políticas Públicas Sociais no Brasil e o papel da saúde;
- Sistema único de Saúde: bases legais;
- Federalismo, descentralização e relações intergovernamentais;
- Financiamento do SUS;
- Controle Social;

- Intersetorialidade;
- Perfil demográfico e epidemiológico brasileiro/tendências;
- Avanços e desafios do SUS;

#### Bibliografia:

- BRASIL. Conselho Nacional de Secretários (CONASS). **O Financiamento da Saúde**. Brasília: CONASS, 2007. Disponível em <http://www.conass.org.br>.
- BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). **Sistema Único de Saúde**. Brasília: CONASS, 2007. Disponível em <http://www.conass.org.br>.
- BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei%208080.pdf>
- BRASIL. **Lei nº 8142, de 28 de dezembro de 1990**. <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei8142.pdf>
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Mais Saúde: direito de todos: 2008 – 2011**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 106p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios)
- BEILH J, GANDRA E. **Investigação da Saúde na Sociedade**. Guia Pedagógico sobre um novo enfoque do método epidemiológico. Trad. Carneiro, J R. São Paulo: Instituto de Saúde/ABRASCO, 1986.
- BRAMPOS, G. W. S. . Reflexões sobre o Sistema Único de Saúde: inovações e limites. **Revista do Serviço Público** (Brasília), v. esp., p. 123-132, 2007.
- BRAMPOS, GWS et all. **Tratado de Saúde Coletiva** (Parte IV, Política, Gestão e Atenção em Saúde). São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec/FIOCRUZ, 2006.
- BRIM, JS. **Descentralização das ações e serviços de saúde no Brasil e a renovação da proposta “Saúde para Todos”**. In: Conferência Regional Tendências futuras e renovação da meta saúde para todos. Rio de Janeiro: UERJ. 1998. Série de Estudos em Saúde Coletiva; n.175.
- BRIM, JS. **Saúde, política e reforma sanitária**. CEPS Centro de Estudos e Projetos em Saúde. Salvador: Instituto de Saúde Coletiva-ISC. 2002.
- BRUNQUAYROL, MZ e ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia e Saúde**. Porto Alegre: MEDSI. 2006. 6 ed.

Disciplina 02	Gestão da Vigilância à Saúde
---------------	------------------------------

O objetivo é proporcionar o desenvolvimento das capacidades necessárias para saber avaliar as necessidades de saúde da população do território sanitário, utilizando-se dos sistemas de informações.

#### Ementa:

- Conceitos, definições básicas e medidas em epidemiologia, tipos de estudos e metodologia de investigação;
- Conceitos básicos envolvidos na produção e utilização de informações
- Sistema de Informação;
- Base de dados Nacionais;
- Análise de dados: demanda, oferta e atendimento;
- Identificação e análise de risco;
- Perfil demográfico e epidemiológico brasileiro/tendências;
- Vigilância à saúde, promoção da saúde, prevenção dos fatores de risco;
- Condições de saúde: necessidades e expectativas da população (análise de situação de saúde com participação da população);
- Pacto pela Saúde Pacto de gestão fundamentos e seus instrumentos (Planejamento Regional, PDI, PDR, PPI, CGR).

## Bibliografia:

BEAGLEHOLE,R.,et al. Epidemiologia básica. Ed. Santos, 2001.

BREILH J, GANDRA E. Investigação da Saúde na Sociedade. Guia Pedagógico sobre um novo enfoque do método epidemiológico. Trad. Carvalheiro, J R. São Paulo: Instituto de Saúde/ABRASCO, 1986.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção   Saúde. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas. Diretrizes para a programação pactuada e integrada da assistência   saúde. Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 148 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde, vol 5)

MEDRONHO, R.A. Epidemiologia. São Paulo. Editora Atheneu, 2006.

MORAES, I. H. S. ; VASCONCELLOS, M. M. . Política Nacional de Informação, Informática e Comunicação em Saúde: Um Pacto a ser Construido. Saúde em Debate, v. 29, p. 86-98, 2005.

MORAES, IHS. Política, tecnologia e informação em saúde – a utopia da emancipação. Salvador: ISC/UFBA. 2002.

REDE Interagencial de Informação para a Saúde. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 349 p.

Disciplina 03	Organização e funcionamento do SUS
---------------	------------------------------------

O objetivo é proporcionar o desenvolvimento das capacidades necessárias a desenhar e organizar redes de a es e serviç os de saúde capazes de responder às necessidades sanitárias que se apresentam em diferentes escalas geográficas, utilizando-se de alguns dos instrumentos de gestão do SUS (planos, estratégias de pactuação, mecanismos de regulação de fluxos e sistemas de informação); compreender os princípios, regras de funcionamento e estratégias para articulação da gestão de sistemas e serviç os de saúde.

## Ementa:

- O processo de planejamento e programação em saúde;
- Instrumento de planejamento no SUS;
- Recursos – levantamento de informações e análise de estrutura, processos e resultados; Articulação entre os pontos de atenção; A gestão de recursos; Recursos financeiros; Mecanismos de gestão compartilhada;
- Análise da capacidade institucional (capacidade instalada dos serviç os; recursos humanos; suporte logístico; compromissos pactuados/estabelecidos, conselhos e colegiados).
- Redes de Atenção: Atenção Primária em Saúde; Atenção especializada; Política de Urgência e Emergência; Serviç os de diagnóstico e terapia.

## Bibliografia

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção   Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de atenção básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 60 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, v. 4)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção   Saúde. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas. **Diretrizes para a programação pactuada e integrada da assistência   saúde**. Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 148 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde, vol 5)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política nacional de promoção da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 60 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde, vol 7)

CAMPOS, FE; CHERCHIGLIA, ML; GIRARDI, SN. **Gestão, profissões de saúde e controle social**. Cadernos da 11  Conferência Nacional de Saúde, Brasília-DF, p. 83-99, 2000.

CAMPOS, FE; PIERANTONI, CR; MACHADO, MH. Conferências de Saúde, o trabalho e os trabalhadores da saúde: a expectativa do debate. **Cadernos de RH Saúde**, v. 3, p. 9-12, 2006.

MORAES, I. H. S. ; VASCONCELLOS, M. M. . Política Nacional de Informação, Informática e Comunicação em Saúde: Um Pacto a ser Construido. **Saúde em Debate**, v. 29, p. 86-98, 2005.

MORAES, IHS. **Política, tecnologia e informação em saúde – a utopia da emancipação**. Salvador: ISC/UFBA. 2002.

PAIM, JS. Saúde da família: espaço de reflexão e de contra hegemonia. **Interface**; 2001. vol 5. n.9. 133-149.

REDE Interagencial de Informação para a Saúde. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa**. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 349 p.

Disciplina 04

Gestão dos sistemas e serviços de saúde

O objetivo é proporcionar o desenvolvimento das capacidades necessárias para identificar as ferramentas do planejamento e a programação regional e local adequadas às características do território e da situação na qual deverão ser aplicadas; distinguir, do ponto de vista do planejamento, os diferentes papéis que o gestor deverá desempenhar em função de sua inserção no sistema ou rede de saúde; reconhecer e avaliar as condições em que desenvolverá sua prática; utilizar dados e informações disponíveis para diagnosticar, planejar, priorizar e avaliar o andamento dos processos operacionais que sejam programados; fortalecer o controle social.

#### Ementa:

- Relações inter-federativas, o papel de entes federados e suas as responsabilidade sanitárias à luz do Pacto pela Saúde.
- Consórcios públicos de saúde;
- Gestão do trabalho e educação na saúde;
- Financiamento e respectivos mecanismos de repasse do SUS;
- Fundamentos e diretrizes da Regulação da atenção e Regulação do acesso;
- Auditoria dos serviços e de gestão;
- Desenvolvimento de atitudes gerenciais voltadas para a liderança, a negociação, a resolução de conflitos, a comunicação, e outros.
- Reorganização da dinâmica de gestão do trabalho em equipe: adoção de espaços coletivos de singularização (inclusão das diferenças), construção de grupaldades e contratação de tarefas com co-responsabilização.

#### Bibliografia:

BRASIL. Conselho Nacional de Secretarias de Saúde. **Para entender a gestão do SUS**. Brasília: CONASS. 2003. 248p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes para a implantação de Complexos Reguladores**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 68p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, vol 6).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio a Descentralização. Coordenação Geral de apoio à Gestão Descentralizada. **Diretrizes Operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 76 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, vol. 1).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio a Descentralização. **Regulamento dos pactos pela vida e de gestão**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. xx p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, vol 2).

PIERANTONI, C. **As reformas do Estado, da Saúde e Recursos Humanos: limites e possibilidades**. Ciência e Saúde Coletiva, ABRASCO XI (2), 2001, p.341-361.

PIERANTONI, C. Recursos Humanos e Gerência no SUS. In: NEGRI, Barjas; VIANA, Ana Luiza (Orgs.). **O Sistema Único de Saúde em dez anos de desafio**. São Paulo: Sobravime, p. 609-630, 2002.

Disciplina 05

Gestão Logística em Saúde

- Cadeia de suprimentos - Conceitos
- Logística x Cadeia de Suprimento
- Modelos de Previsão de Demanda
- Aquisição - Sistemática de Compras e Escolha de Fornecedores em unidades de saúde
- Gestão da Cadeia de Suprimentos
- Tipos de Redes de Suprimento
- Níveis de Serviços
- Armazenagem
- Manuseio e Acondicionamento de Produtos
- Localização

### **Bibliografia:**

AGAPITO, Naraiana. Gerenciamento de Estoques em Farmácia Hospitalar. Grupo de Estudos Logísticos da Universidade Federal de Santa Catarina – GESLOG. 2005.

BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Planejamento, Organização e Logística Empresarial. 4ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2001;

BARBIERI, José Carlos; MACHLINE, Claude. Logística Hospitalar. São Paulo: Saraiva, 2006.

CARVALHO, Francisco Edinaldo Lira de; PIGNOLATI, Gisele Medeiros; CAMPOS, Antônio Jorge Cunha. A Aplicação das metodologias ABC e XYZ na gestão logística de sistemas de saúde. Revista Gestão da Produção: uma visão sobre as organizações da Amazônia, p. 137-151. Manaus: ABREPO, 2006.

CUNHA, Fernando Lopes de Souza da. A aplicação da aliança logística: estudo de caso em hospitais da Universidade Federal do Ceará. Revista Ciência e Administração, v.9, n.2, p. 132-151, dez. 2003. Fortaleza, 2003.

INFANTE, Maria; SANTOS, Maria Angélica Borges dos. A organização do abastecimento do hospital público a partir da cadeia produtiva: uma abordagem logística para a área de saúde. Revista Ciência e Saúde Coletiva, julho-agosto, v.12, n.4, p.945-954. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2007.

LEITE, Paulo Roberto. Logística Reversa: nova área da logística empresarial. Revista Tecnológica, Junho, 2002. São Paulo: 2002.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais. São Paulo: Saraiva, 2001.

NOVAES, Mario Lucio de Oliveira; GONÇALVES, Antonio Augusto; SIMONETTI, Vera Maria Medina. Gestão das farmácias hospitalares através da padronização de medicamentos e utilização da curva ABC. XIII SIMPEP. Bauru, 2006.

PEREIRA, Moacir. Logística Hospitalar: Reposição contínua de medicamentos na farmácia. Editora Moinho Editorial, 2008.

SANTOS, Gustavo A. A. dos. Gestão de farmácia hospitalar. Editora SENAC – SP. 2008

SIMONETTI, Vera Maria Medina; NOVAES, Mario Lucio de Oliveira; GONÇALVES, Antônio Augusto. Seleção de Medicamentos, classificação ABC e redução do nível de estoques na farmácia hospitalar. In: XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção – ENGEPP. Foz do Iguaçu: ENGEPP, 2007.

### **4.3 METODOLOGIA DE ENSINO (descrição e justificativas)**

## Metodologia

O Curso de Especialização em Gestão Pública será ofertado na modalidade a distância.

A Educação a Distância (EaD) não deve ser reduzida a questões metodológicas, ou de gerenciamento, ou como possibilidade apenas de emprego de Novas Tecnologias da Comunicação (NTCs) na prática docente e no processo formativo dos estudantes.

Não existe uma metodologia de Educação a Distância (EaD) e menos ainda um “modelo” único de oferta de cursos a distância. Cada instituição, ao longo desses anos, vem construindo sua experiência em EaD e amoldando a modalidade, dando-lhe uma cara própria, calcada na realidade local e na trajetória da instituição e dos profissionais que atuam na EaD.

Por isso, nesse projeto **não cabe** definir aspectos procedimentais e de organização do curso, isso será definido no projeto pedagógico de cada instituição. O que podemos acenar aqui são aspectos gerais sobre a modalidade de EaD, em sua dimensão conceitual e de gestão, para garantir qualidade na formação dos cursistas desse curso de especialização.

### A organização do sistema de EaD

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, onde modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação não dão mais conta da complexidade do fenômeno e da prática educativa.

O paradigma positivista precisa ser totalmente substituído por um outro ou outros. Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas, das relações.

A EaD, neste sentido, oferece possibilidades de uma nova prática educativa e social, por suas características e sua forma de organizar a aprendizagem e os processos formativos.

Exige, pois, uma *organização de apoio institucional* e uma *mediação pedagógica* que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição”. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem irá cuidar para que este chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso ao orientador (tutor), do autor ao tecnólogo educacional (*instrucional designer*), do editor ao artista gráfico (*web designer*).

A EaD deve ser pensada, então, e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica. A metáfora da rede traduz bem esta nova visão da organização do trabalho pedagógico.

**O aluno:** matriculado no curso e que irá estudar “a distância”; Trabalhador da saúde compromissado com a consolidação do SUS. Vem em busca da educação a distância para diminuir as barreiras de espaço e tempo e, sobretudo, para sua qualificação profissional, visando mudanças de práticas em saúde. O aluno da EAD é responsável pela organização de seu estudo. Conta com um tutor, facilitador de sua aprendizagem, e com o apoio da tecnologia para favorecer a comunicação com seus parceiros de curso, via *chat*, fórum, biblioteca virtual, *sites*.

**Professores autores:** responsáveis pela produção dos Textos de Apoio;

**Professores “especialistas”:** responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;

**Professores pesquisadores:**

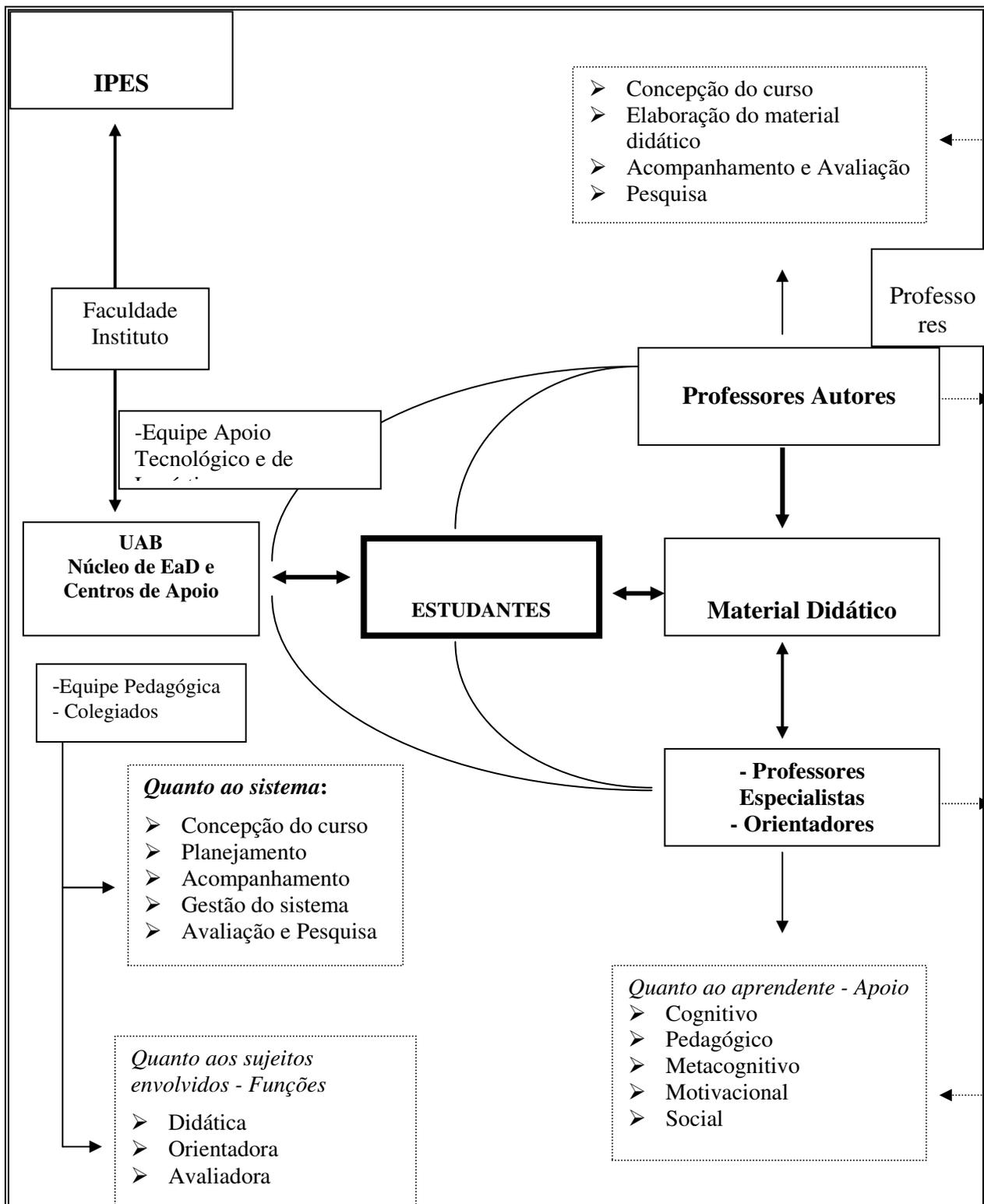
**Tutores/Orientadores:** bacharéis em Administração e nas áreas dos Módulos Específicos, com titulação mínima de Mestrado, com a função de acompanhar, apoiar e avaliar os cursistas em sua caminhada. Podem ser os próprios professores do curso, ou o professor “especialista”, responsável pela oferta da disciplina formar uma equipe de orientadores, sob sua supervisão; Profissional com experiência docente em saúde e em educação a distância. Como facilitador das aprendizagens, está sempre atento às interações possíveis entre ele e o aluno, como, também, entre os próprios alunos, propiciando um ambiente favorável para debates.

O tutor acompanhando a trajetória do aluno, em formação permanente, pontuando os novos sentidos de seu fazer na prática de tutoria, quanto aos valores, emoções, atitudes e habilidades, incentivando-o a aprofundarem o exercício da tutoria, estimulando-o e apoiando-o no processo de aprendizagem; ajudando-o a organizar seus objetivos; incentivando-o à análise dos conteúdos; acompanhando o desempenho do aluno, sobretudo nas atividades. Por meio dessa ação educativa, o orientador incentiva o tutor a refletir sobre a introdução da Educação Permanente como ferramenta de gestão nos serviços de saúde.

**Equipe de apoio tecnológico e de logística:**

- *O material didático:* o elo de diálogo do estudante com o autor, com o professor especialista, com o orientador;
- *O Núcleo/Centro/ Secretaria de Educação a Distância:* em que atua a equipe pedagógica do curso, composta por professores e técnicos de diferentes áreas do conhecimento, responsável pela gestão do projeto pedagógico do curso e/ou da modalidade;
- *Pólos de Apoio Presencial,* onde se oferece ao cursista estrutura de apoio ao desenvolvimento de suas atividades no curso.

Figura n. 1 – Componentes da ação formativa no curso de Especialização em Gestão Pública - a distância



Fonte: PRETI, 1996 (adaptação).

Assim organizada, a “instituição ensinante” poderá oferecer saber atualizado (filtrando o mais válido das recentes produções científicas), dando prioridade aos conhecimentos instrumentais (“aprender a aprender”), visando educação permanente do cidadão e estando compromissada com o meio circundante.

Para tal, nessa organização devem estar presente constantemente:

- A estrutura organizativa, composta pelos sub-sistemas de concepção, produção e distribuição dos materiais

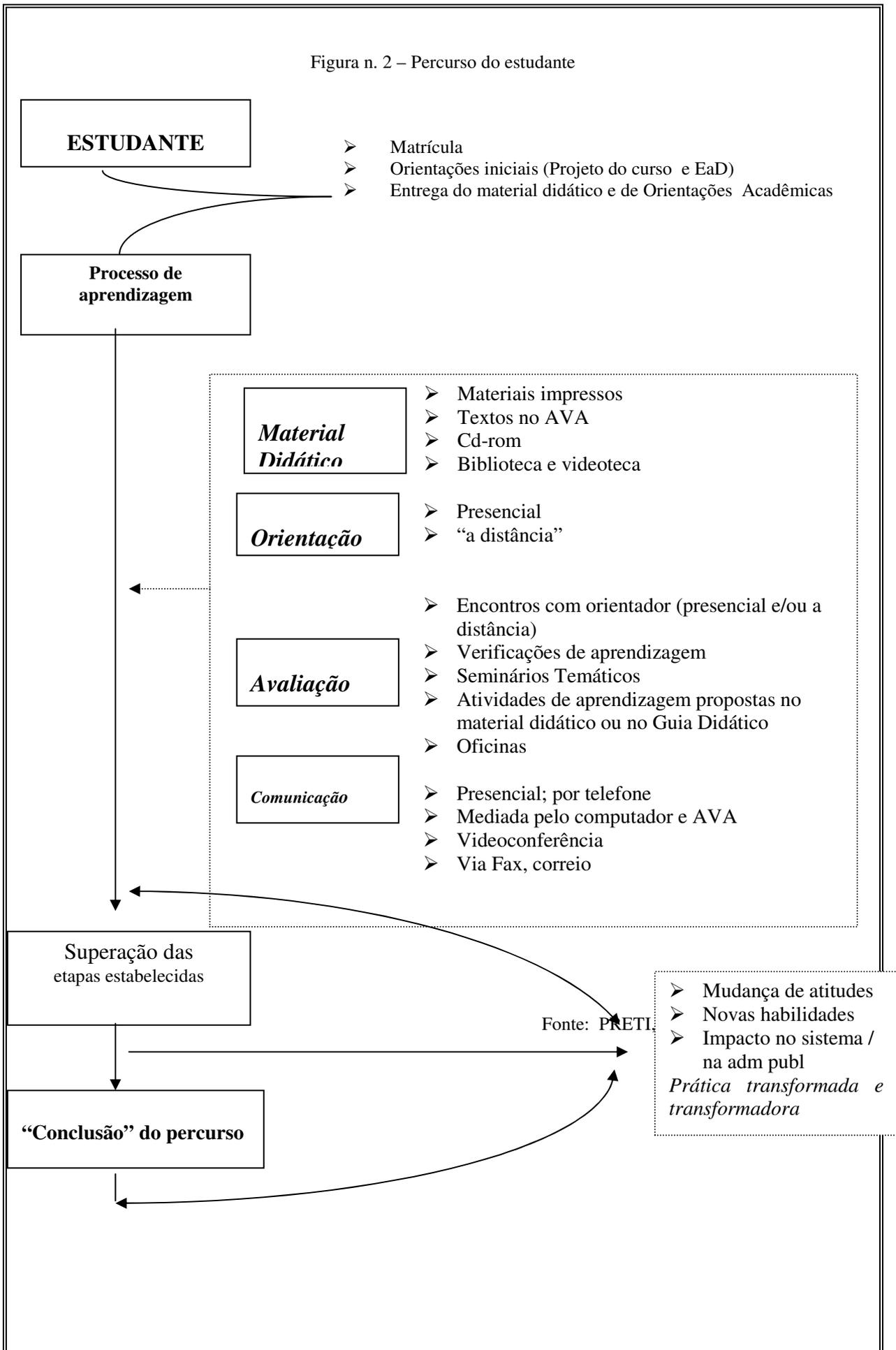
didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Pólos de Apoio Presencial.

- *A comunicação:* que deverá ser multidirecional, com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia, com diversos meios e linguagens, exige, como qualquer aprendizagem, uma implicação consciente do aprendiz, uma intencionalidade, uma atitude adequada, as destrezas e conhecimentos prévios necessários. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos alunos.
- *O trabalho cooperativo:* somos frutos de uma formação que privilegiou o individualismo e a competição. Na modalidade a distância, o que há, na maioria das vezes, são trabalhos de parcerias entre diferentes profissionais (autores, designer instrucional, web designer, tecnólogos educacionais, orientadores), com muita pouca interação e diálogo. A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, devem se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma “comunidade de aprendizagem”.

Mas como vai “funcionar” esse curso de especialização a distância?

Na figura n. 2, desenhamos o caminho proposto a ser percorrido pelo cursista.

Figura n. 2 – Percurso do estudante



É importante frisar que todos os passos e etapas do curso são planejados pela equipe pedagógica com antecedência e que os estudantes devem ser informados desde o início de seu percurso. Por isso, ao matricular-se, o estudante recebe o Projeto Pedagógico do curso contendo todas as informações referentes ao curso e à modalidade e o calendário do semestre, ou do ano.

Cada disciplina tem momentos presenciais e a distância. No momento *a distância*, o aluno lê o Texto de Apoio, tendo que apresentar atividades de aprendizagem em que evidencia sua compreensão dos conteúdos estudados e sua aplicação no campo da Administração Pública.

Nos *Encontros Presenciais*, que podem ocupar um dia ou um dia e meio, são realizadas as avaliações da disciplina, por meio de provas subjetivas, ou exposição de trabalhos, ou realização de oficinas. Na véspera da avaliação, como momento de fechamento da disciplina, pode-se organizar um encontro dos alunos com o professor responsável pela mesma. Aproveita-se a presença dos alunos para discussão temática com o professor da disciplina que será oferecida em seguida.

O aluno enviará as atividades e manterá contato com o seu orientador utilizando sempre o ambiente virtual de aprendizagem, para que tudo fique registrado no sistema, evitando dissabores, muito comuns quando se utiliza outra rede de comunicação, como o correio eletrônico.

Caso o trabalho apresentado ou a avaliação escrita não atender aos requisitos mínimos estabelecidos, o orientador indicará ao aluno literatura complementar que o auxilie a completar sua compreensão sobre o tema em estudo. O aluno deverá rever o trabalho ou se submeter a outra avaliação até o final da disciplina seguinte. Aconselha-se não deixar o aluno se apresentar nos Encontros Presenciais com mais do que duas avaliações.

No desenvolvimento do curso, são oferecidos aos alunos suportes administrativo, pedagógico, cognitivo, metacognitivo, motivacional, propiciando-lhe clima de auto-aprendizagem e oferecendo, assim, ensino de qualidade.

A modalidade a distância, portanto, não deve ser pensada como algo à parte da organização de ensino. É necessário que o aluno compreenda que Educação a Distância é educação permanente, contínua e que, dadas suas características, se faz imprescindível a organização de um sistema que ofereça ao estudante as condições para que o mesmo efetue sua formação profissional.

## A organização do curso

### **Formação de Profissionais da Saúde na modalidade EAD/UAB/CAPES/UNEMAT**

A Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) é um órgão do governo do estado de Mato Grosso, sediada na cidade de Cáceres-MT, conhecida como uma instituição pública do interior para o interior, com estrutura multi-campi, que tem por missão a produção de conhecimento científico pautado no tripé ensino-pesquisa-extensão.

A contribuição da UNEMAT na formação da área de saúde, encontra-se em dois cursos de Bacharelado em Enfermagem, nos Campi Universitários “Jane Vanini” e Tangará da Serra, respectivamente localizados nos municípios de Cáceres e Tangará da Serra. A formação dos profissionais destes cursos encontra-se voltado para a área da saúde preventiva e curativa e atende, especialmente, os alunos egressos dos cursos de Formação Básica e

trabalhadores oriundos dos serviços públicos e particulares.

Desde a criação dos cursos de enfermagem, em 2000, buscou-se formar profissionais na área da saúde pública para atuarem no estado e no Brasil, qualificando-os para a implantação de políticas de inclusão social e desenvolvimento regional na busca universalização do trabalho, educação e saúde na perspectiva de transformação do contexto social mato-grossense.

### **O Curso de Gestão em Saúde**

O Curso de Especialização de Gestão em saúde na modalidade de educação à distância, proporcionará aos alunos/participantes ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudos dos mesmos através da implementação de uma rede de comunicação entre os sujeitos do processo educativo. O acompanhamento dos alunos será organizado através de tutorias/orientações realizadas por professores capacitados através de diversos sistemas de comunicação, com o uso da internet, vídeo conferências, teleconferências, uso de material digitalizado e seminários presenciais envolvendo temas da gestão da saúde pública.

Todo o material didático a ser confeccionado será de responsabilidade dos professores responsáveis pelas disciplinas, bem como, o uso de material que já se encontra disponível em outras IPES que fazem parte da Universidade Aberta do Brasil.

A Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) propõe o estabelecimento de uma rede comunicacional que favoreça a manutenção de uma equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes áreas que compõe o curso; designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso; manutenção de núcleos tecnológicos na cidade de Cáceres, Pontes e Lacerda, Juara, Guarantã do norte, Jauru e Juína, objetivando a integração da rede comunicacional dos pólos com a Instituição, outras IPES e o Sistema UAB. O curso permitirá uma interação das experiências sócio-político-culturais de cada pólo, dentro de um contexto de universalidade, deve-se buscar o entendimento dos problemas regionais inseridos no âmbito nacional e internacional. Desta forma, o processo de ensino aprendizagem, a partir do princípio da: **historicidade** – desenvolvimento do conhecimento a partir do contexto histórico-social-cultural -, **construção** - que o conhecimento é resultado de um processo dialético entre os homens e entre estes e a natureza e a cultura – e **diversidade** – fator determinante para compreender que as ações políticas são resultados dos confrontos entre os diferentes tipos de conhecimento e saberes. Assim, o curso propõe que para alcançar a interdisciplinaridade é necessário o enfrentamento de problemas reais, inseridos no cotidiano dos docentes e alunos.

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face-a-face em todos os momentos do processo ensino-aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre alunos, professores e orientadores, o que impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- a produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- processos de orientação e avaliação próprios;
- monitoramento do percurso do estudante;
- criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos alunos.

Para o curso de Especialização em Gestão Pública, na modalidade a distância, a estrutura e organização do sistema que dá suporte à ação educativa prevê:

## REDE COMUNICACIONAL

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Pólos onde o curso e a IPES. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica na IPES, com a garantia de:

- manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- manutenção dos núcleos tecnológicos nas IPES e nos Pólos, que dêem suporte à rede comunicacional prevista para o curso;
- organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Pólos e a IPES.

## PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

O material didático do curso, no âmbito da proposta curricular, configura-se como um dos dinamizadores da construção curricular e também como um balizador metodológico. É mediante o material didático que são feitos os recortes das áreas de conhecimento trabalhadas no curso, além do direcionamento metodológico proposto fazendo recurso aos conceitos de historicidade, construção e diversidade. Os professores autores participarão de uma discussão coletiva com a equipe pedagógica do curso e especialistas no processo de concepção e produção de material didático para a EAD, para se definir os conteúdos a serem trabalhados, a linguagem a ser utilizada, a estrutura do texto a ser construído, o design gráfico, etc. Assim, o material ganhará unidade conceitual e didática, com a identidade da instituição.

Caso não seja possível ou não se opte pela produção do material didático do curso ou de uma disciplina, o professor especialista da disciplina produzirá um Guia Didático para os estudantes, estratégia esta muito utilizada na EaD.

## PROCESSOS DE ORIENTAÇÃO E AVALIAÇÃO

São processos que, na EAD, não há como separá-los, pois a avaliação é realizada pelo sujeito que acompanha e orienta o estudante em seu estudo e aprendizagem.

O orientador deve participar da discussão, com os professores responsáveis pelas disciplinas, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem e dos Seminários Temáticos.

No desenvolvimento do curso, o orientador é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada aluno sob sua orientação. Além disso, deve estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de auto-aprendizagem.

O orientador, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o aluno, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, expectativas, realizações, dúvidas, dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Em razão da necessidade de interlocução profícua, estabelece-se a relação de um orientador para 20 a 25 alunos (em média), quando da oferta das disciplinas do Núcleo Básico. Porém, durante a oferta das disciplinas do Núcleo Específico, essa relação deve ficar entre 5 a 10 estudantes por orientador. Pois, nesse momento, o aluno

começará a ser orientado em seu projeto de pesquisa visando o Trabalho Monográfico a ser apresentado ao final do curso.

#### O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora possa se sustentar em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos alunos não a capacidade de reproduzir idéias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e re-construir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque no contexto da EaD o aluno não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa: buscar interação permanente com os colegas, os especialistas e com os orientadores acadêmicos todas as vezes que sentir necessidade; obter confiança e auto-estima frente ao trabalho realizado; desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, então, ao organizar o material didático básico para a orientação do aluno, deve contribuir para que todos questionem aquilo que julgam saber e, principalmente, para que questionem os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento do conteúdo selecionado para o curso e a relação intersubjetiva, dialógica, professor-aluno, mediada por textos, é fundamental.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica dos alunos frente a suas próprias experiências, a fim de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitado em termos das políticas públicas e dos processos de gestão.

Embora a avaliação se dê de forma contínua, cumulativa, descritiva e compreensiva, é possível particularizar três momentos no processo:

- o acompanhamento do percurso de estudo do aluno, mediante diálogos;
- produção de trabalhos escritos, que possibilitem sínteses dos conhecimentos trabalhados;
- desenvolvimento e apresentação de resultados de pesquisas realizadas ao longo dos dois Núcleos.

#### MONITORAMENTO DO PERCURSO DO ESTUDANTE

É muito importante que, além da figura do orientador, alguém da equipe técnica de suporte do AVA monitore a participação do estudante no curso e produza relatórios quinzenais para o orientador ter um quadro de desempenho dos estudantes da turma sob sua responsabilidade.

#### CRIAÇÃO DE AMBIENTES VIRTUAIS QUE FAVOREÇAM O PROCESSO DE ESTUDO DOS ALUNOS

Na EaD, presencialidade ganha sentido de “estar juntos”, mesmo estando a distância. Isso é possível, graças também às Novas Tecnologias da Comunicação e à criação dos ambientes virtuais de aprendizagem que, a cada ano que passa, vão se desenvolvendo e propiciando interatividade, o diálogo entre os sujeitos da ação educativa, mesmo estando em espaços e momentos diferentes. Por isso, deve-se fazer opção por uma plataforma que possibilite aos professores, orientadores e alunos o encontro, o diálogo, as trocas de saberes, a produção

coletiva e colaborativa.

### **Interdisciplinaridade**

A interdisciplinaridade deve ser construída pela equipe pedagógica na organização curricular do curso, desenvolvida pelos professores autores no material didático, materializada e vivida pelos orientadores e estudantes nos Seminários Temáticos. Tem-se como objetivo principal propiciar ao estudante abordagem integradora entre os conteúdos das diferentes áreas de conhecimento e diante de uma realidade sistêmica e complexa.

### **Tecnologia**

As tecnologias de comunicação e de informação possibilitam acesso rápido e difuso a conteúdos de alta qualidade, oferecendo condições para que o aluno possa realizar os estudos previstos sem se deslocar de sua cidade e do seu ambiente de trabalho, organizando seu tempo e realizando as atividades segundo sua dinâmica e necessidade. O aluno terá liberdade e compromisso de aprender e estudar com autonomia e responsabilidade. Para isso, essa modalidade exige um processo de intercâmbio e de diálogo constante com seus pares a fim de articularem diferentes saberes e práticas facilitando a interatividade e o trabalho cooperativo na aprendizagem.

O Curso, oferecido na modalidade de educação a distância, para possibilitar processos interativos entre os sujeitos envolvidos no curso, contará com o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com material impresso e em linguagem html e com vídeo e tele conferência, com orientações a distância, usando os mais diferentes meios de comunicação e com a presença dos tutores nos pólos, os quais serão responsáveis por plantões semanais para atendimento individualizado aos alunos.

O material didático principal será o impresso, composto por Textos de Apoio elaborados especificamente para esse curso. O autor e o professor especialista poderão indicar Leituras Complementares (Textos, artigos, programas, filmes), que serão disponibilizadas no AVA, além de alguns exemplares estarem disponíveis na biblioteca dos Pólos.

### **Infra-estrutura Física**

O curso de Gestão em Saúde Pública será ofertado nos Pólos UAB de Juara, Jauru, Pontes e Lacerda e Guarantã do Norte que contam com estrutura física de pólo presencial, de acordo com o cumprimento dos Editais UAB1 e UAB2 e nos Pólos CEFAPROS de Cáceres e Juína e constará da mesma estrutura dos Pólos UAB, ou seja, salas de tutorias, de professores, de administrativo, laboratório de computação com Internet Banda Larga, biblioteca e sala de vídeo e tele conferência, sendo que os encontros presenciais deverão ocorrer nos pólos, bem como os seminários temáticos e de defesa de monografia.

### **Da localidade de oferta do Cursos e das Vagas**

O Curso de Especialização Lato Sensu em Gestão em Saúde Pública, a distância, será ofertado pela UNEMAT no Estado de Mato Grosso nos Pólos UAB de Juara, Jauru, Guarantã do Norte e nos Pólos de Formação de Professores/CEFAPROS, órgãos da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, do município de Cáceres, Juína e Tangará da Serra, com publicação do Edital de Seleção para segunda quinzena de junho de 2009, com

início do Curso em agosto do mesmo ano. As vagas para os Pólos estão distribuídas no quadro abaixo:

MUNICÍPIO	VAGAS
Cáceres	30
Jauru	30
Juara	30
Juína	30
Guarantã do Norte	30
Pontes e Lacerda	30
Tangará da Serra	30

### Critério de Seleção

A admissão do aluno no curso se dará por meio de “processo público de seleção dos alunos”, regulamentado por edital próprio. Poderão participar do processo de seleção profissionais da área da saúde efetivos no Sistema Único de Saúde, prestadores de serviços com vínculo empregatício, possuidores de nível superior completo e, alunos com nível superior completo na área da saúde.

O processo seletivo será organizado e realizado por uma comissão de seleção formada pela Coordenação do Curso na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e consistirá na análise do *curriculum vitae* redigido na Plataforma Lattes, devidamente comprovado e análise de “carta de intenção” (modelo A), onde o candidato deverá explicitar os motivos de interesse pelo curso, correlacionando-os aos seus projetos e/ou trajetória de vida profissional. A Coordenação do Curso de Gestão em Saúde, professor da Universidade do Estado de Mato Grosso, se responsabilizará pela disponibilização do Projeto de Curso, para que os candidatos possam elaborar sua carta de intenção, bem como pela publicação do Edital de Seleção, Seleção e Divulgação do Resultado, devendo as Matrículas serem efetuadas nos Pólos de oferecimento do curso.

Para efeito de seleção será considerado o barema da tabela abaixo:

Curso de Graduação		Curso de Especialização		Extensão		Experiência Profissional Gerencial		Experiência Profissional Não Gerencial		Plano profissional
até 1 ponto		até 3 pontos		até 3 pontos		até 5 pontos		até 2 pontos		até 3,0 pontos
				0,1 ponto cada 40h		0,5 ponto por ano		0,2 ponto por ano		
Área	1,0	Área	3,0	Área	1,0	Área	5,0	Área	2,0	
Área afim	0,5	Área afim	1,5	Área afim	0,5	Outra	2,5	Outra	1,0	
Outra	0,0	Outra	0,0	Outra	0,0					

### Sistemas de Avaliação

A avaliação do desempenho de estudante é um processo contínuo, cumulativo, descritivo, compreensivo, cujo objetivo principal é possibilitar aos sujeitos da prática educativa (professores, estudantes, orientadores, coordenadores) acompanhar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico e seu processo de aprendizagem.

Nesse sentido, pressupõe análises e reflexões relativas às dimensões estruturais e organizacionais do projeto, numa abordagem didático-pedagógica, como também as dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação.

Cada conteúdo (disciplina) terá um valor expresso em horas de aula. A carga horária relativa a cada

conteúdo só será conferida ao estudante que obtiver conceito mínimo “C”, de acordo com a escala:

Nota			Conceito	
90	a	100	A	Excelente
80	a	89	B	Bom
70	a	79	C	Regular
0	a	69	D	Insuficiente

A reprovação em até duas disciplinas não excluirá o estudante do Curso, desde que o mesmo refaça o percurso com atividades substitutivas (provas, trabalhos escritos e outras atividades a serem definidas pelo professor da disciplina juntamente como Coordenador do Curso).

Avaliação do desempenho dos professores, da coordenação do curso, do atendimento administrativo e das instalações físicas.

### Referências Bibliográficas

ABRÚCIO, Fernando L.; COUTO, Cláudio G. A redefinição do papel o Estado no âmbito local. **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 3, p. 40-47, 1996.

ABRÚCIO, Fernando L. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 39, n. 2, p. 401-420, mar./abr. 2005.

BANCO MUNDIAL. **Brasil: elementos de uma estratégia de cidades**. *Document of the World Bank*. Relatório Nº 35749-BR. Brasília: Banco Mundial/Departamento do Brasil, novembro 2006. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTBRAZIL/Resources/Cidadesbr.pdf>>. Acesso em 12/07/2008.

BRANDIÃO, Hugo J.; PALASSI, Márcia P.; FERREIRA, Dirce N. A. **Administração Pública**. Campo Grande/MS: MEC/UAB-UFMS, 2007.

COSTA, Marisa V. Discutindo a escola básica em tempos de neoliberalismo: uma conversa introdutória. In COSTA, Marisa V. (org.). **Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo**. São Paulo: Cortez, 1996.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 40, n. 3, p. 479-499, mai./jun. 2006.

PINHO, José A. G.; SANTANA, Mercejane, W. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. Programa Gestão Pública e Cidadania. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v. 20, 2001. Disponível em: <[http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos\\_gestao publica/CAD%2020.pdf](http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestao publica/CAD%2020.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2008.

#### 4.5 DADOS RELATIVOS AO CORPO DOCENTE (Síntese)

a) Informações Gerais:

- Nº total de docentes que ministrarão o curso:
- Nº de docentes pertencentes ao quadro permanente e temporário da L:
- Nº de docentes externos à:

b) Titulação do corpo docente

Nº de Especialistas: \_\_\_\_\_

Nº de Mestres: \_\_\_\_\_

Nº de Doutores: \_\_\_\_\_

**ATENÇÃO:** Contar apenas uma vez o docente que ministrar uma ou mais disciplinas.

#### **4.6 RECURSOS FÍSICOS E MATERIAS (descrever)**

Os Encontros Presenciais acontecerão nas instalações dos Pólos de Apoio Presencial. Cada Pólo deve contar com laboratório de computação, com acesso à web (banda larga), bem como de projetores multimídia, aparelhos de TV e DV, retro-projetores, além de biblioteca.

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA/TÉCNICA/ARTÍSTICA RELEVANTE NOS ÚLTIMOS 05 ANOS**

# ANEXO I

## CURRICULUM VITAE RESUMIDO

NOME: Luis Gustavo Marin Cuba

INSTITUIÇÃO: UNEMAT

CARGO/FUNÇÃO: Professor

VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

ENDEREÇO: Avenida Tancredo Neves

CEP: 78.200-000 CIDADE: Caceres

UF: MT

TELEFONE: DDD ( 65 ) 3221 0511

FAX:

E-MAIL:

### FORMAÇÃO:

	ÁREAS/SUBÁREA DO CONHECIMENTO	INSTITUIÇÃO	ANO DE INÍCIO	ANO DE CONCLUSÃO
GRADUAÇÃO				
ESPECIALIZAÇÃO				
MESTRADO	Finanças	Universidad de La Habana - Cuba	1994	1996
DOCTORADO	Ciências Econômicas	Universidad del Oriente Cuba - Cuba	1998	2001
PÓS-DOCTORADO				

### ATIVIDADES DOCENTES:

DISCIPLINA(S) LECIONADA(S)	GR. / PG.	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1. Teoria Geral da Administração	GR	UNEMAT	2008
2. Administração Financeira	GR	Universidad D Pinar Del Rio	1982
3.			
4.			
5.			

ORIENTAÇÃO DE ALUNOS	GRADUAÇÃO PET/IC/ OUTROS	PÓS-GRADUAÇÃO ESP./M/D	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
6.				
7.				
8.				

### ATIVIDADES NÃO DOCENTES:

CARGO OU FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		

## CURRICULUM VITAE RESUMIDO

NOME: Aparecida de Fátima Alves de Lima

INSTITUIÇÃO: UNEMAT

CARGO/FUNÇÃO: Professora

VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

ENDEREÇO: Rod. MT 358 – Jardim Aeroporto  
CEP: 78.300-000 CIDADE: Tangará da Serra  
TELEFONE: DDD ( 65 ) 3329 3320 FAX:

U F: MT

E-MAIL:

**FORMAÇÃO:**

	ÁREAS/SUBÁREA DO CONHECIMENTO	INSTITUIÇÃO	ANO DE INÍCIO	ANO DE CONCLUSÃO
GRADUAÇÃO	Administração	UNEMAT	1991	1995
ESPECIALIZAÇÃO	Finanças e Controladoria	UNIC	1999	2000
MESTRADO	Administração	Universidade de Extremadura – Espanha	2001	2002
DOCTORADO	Administração	Universidad Nacional de Misiones - Argentina	2007	
PÓS-DOCTORADO				

**ATIVIDADES DOCENTES:**

DISCIPLINA(S) LECIONADA(S)	GR. / PG.	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1. Adm. Financeira e Orçamentária	GR	UNEMAT	1998
2.			
3.			
4.			
5.			

ORIENTAÇÃO DE ALUNOS	GRADUAÇÃO PET/IC/ OUTROS	PÓS-GRADUAÇÃO ESP/M/D	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1. Aguinaldo Antonio		G. Organiz.	UNEMAT	2005
2. Claudenir Matos Fardin		G. Organiz.	UNEMAT	2005
3. Francisco Assis Alencare e Silva		G. Organiz.	UNEMAT	2005
4. Irene Grisoste Barbosa	Contábeis		UNEMAT	2006
5. Ana Paula Lopes Lundin	Contábeis		UNEMAT	2006
6.				
7.				
8.				

**ATIVIDADES NÃO DOCENTES:**

CARGO OU FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		

## ***CURRICULUM VITAE RESUMIDO***

NOME: Ademir Machado de Oliveira

INSTITUIÇÃO: UNEMAT

CARGO/FUNÇÃO: Professor

VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

ENDEREÇO: Av. dos Ingás, 3001 - Centro

CEP: 78.550-000 CIDADE: Sinop

U F: MT

TELEFONE: DDD ( 66 ) 3511 2100

FAX: 3511 2108

E-MAIL:

**FORMAÇÃO:**

ÁREAS/SUBÁREA DO	INSTITUIÇÃO	ANO DE	ANO DE
------------------	-------------	--------	--------

	CONHECIMENTO		INÍCIO	CONCLUSÃO
GRADUAÇÃO	Ciências Econômicas	UFMS	1995	1999
ESPECIALIZAÇÃO				
MESTRADO	Engenharia de Produção	UFSC	2000	2003
DOUTORADO				
PÓS-DOUTORADO				

#### ATIVIDADES DOCENTES:

DISCIPLINA(S) LECIONADA(S)	GR. / PG.	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1. Economia	GR	UNEMAT	2006
2. Gestão de Agronegócios	GR	UNIFLOR	2007
3.			
4.			
5.			

ORIENTAÇÃO DE ALUNOS	GRADUAÇÃO PET/IC/ OUTROS	PÓS- GRADUAÇÃO ESP./M/D	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1. Dener Felipe Felizardo e Silva	Economia		UNEMAT	2008
2. Eliel de Souza Silva	Economia		UNEMAT	2008
3. Márcia Pfeffer	Economia		UNEMAT	2008
4. Maria Betânia B. de Oliveira	Economia		UNEMAT	2008
5. Monique Marafon Oliveira	Economia		UNEMAT	2008
6.				
7.				
8.				

#### ATIVIDADES NÃO DOCENTES:

CARGO OU FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		

## CURRICULUM VITAE RESUMIDO

NOME: Raimundo Nonato Cunha de França

INSTITUIÇÃO: UNEMAT

CARGO/FUNÇÃO: Professor

VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

ENDEREÇO: Rodovia MT 358, Km 07 – Jardim Aeroporto

CEP: 78.300-000 CIDADE: Tangará da Serra

UF: MT

TELEFONE: DDD ( 65 ) 3329 3320

FAX:

E-MAIL:

#### FORMAÇÃO:

	ÁREAS/SUBÁREA DO CONHECIMENTO	INSTITUIÇÃO	ANO DE INÍCIO	ANO DE CONCLUSÃO
GRADUAÇÃO	Ciências Política	UFAC	1999	2002
ESPECIALIZAÇÃO				
MESTRADO	Ciências Sociais	UFRN	2004	2006
DOUTORADO	Ciências Sociais	UFRN	2008	-
PÓS-DOUTORADO				

#### ATIVIDADES DOCENTES:

DISCIPLINA(S) LECIONADA(S)	GR. / PG.	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1. Sociologia	GR	UNEMAT	2006
2.			

3.			
4.			
5.			

ORIENTAÇÃO DE ALUNOS	GRADUAÇÃO PET/IC/ OUTROS	PÓS- GRADUAÇÃO ESP./M/D	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1. Lindomar de Oliveira Alves	Agronomia		UNEMAT	2008
2. Andréia Rodrigues de Almeida	Letras		UNEMAT	2008
3. Jane Pessoa	Ciências Sociais		UFAC	2008
4. Flavia Benedita Sousa de Assis	Letras		UNEMAT	2008
5. Luciene Borges da Silva	Letras		UNEMAT	2008
6.				
7.				
8.				

**ATIVIDADES NÃO DOCENTES:**

	CARGO OU FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1.			
2.			
3.			
4.			
5.			

## ***CURRICULUM VITAE RESUMIDO***

**NOME:** Marines Orlandi

**INSTITUIÇÃO:** UNEMAT

**CARGO/FUNÇÃO:** Professora

**VÍNCULO EMPREGATÍCIO:**

**ENDEREÇO:** Av. dos Ingás, 3001 – Centro

**CEP:** 78.550-000      **CIDADE:** Sinop

**U F:** MT

**TELEFONE:** DDD ( 66 ) 3522 2100

**FAX:** 3531 2127

**E-MAIL:**

**FORMAÇÃO:**

	ÁREAS/SUBÁREA DO CONHECIMENTO	INSTITUIÇÃO	ANO DE INÍCIO	ANO DE CONCLUSÃO
<b>GRADUAÇÃO</b>	Administração	UNIPAR	1988	1992
<b>ESPECIALIZAÇÃO</b>	Mkt Empresarial	UFPR	1993	1995
<b>MESTRADO</b>	Recursos Humanos	FAESP	2001	2003
<b>DOCTORADO</b>				
<b>PÓS-DOCTORADO</b>				

**ATIVIDADES DOCENTES:**

	DISCIPLINA(S) LECIONADA(S)	GR. / PG.	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1.	Recursos Humanos	GR	UNEMAT	2004
2.				
3.				
4.				
5.				

ORIENTAÇÃO DE ALUNOS	GRADUAÇÃO PET/IC/ OUTROS	PÓS- GRADUAÇÃO ESP./M/D	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1. Luciane Pimentel	Administração		UNEMAT	2007
2. Karina Takazano Borgato	Administração		UNEMAT	2007
3. Patrícia Cristina Silvestri		Didática ES	Faculdades de Ciências Jurídicas	2006
4. Roseneide Aguiar		Didática ES	Faculdades de Ciências Jurídicas	2006
5. Junice Fca. Do Nascimento Simioni		Didática ES	Faculdades de Ciências Jurídicas	2006
6.				
7.				
8.				

**ATIVIDADES NÃO DOCENTES:**

CARGO OU FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		

## **CURRICULUM VITAE RESUMIDO**

**NOME:** RAUL ANGEL CARLOS OLIVERA

**INSTITUIÇÃO:** UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT

**CARGO/FUNÇÃO:** PROFESSOR

**VÍNCULO EMPREGATÍCIO:** D.E.

**ENDEREÇO:** RUA ALFREDO DULCE, 109

**CEP:** 78000-000 **CIDADE:** CÁCERES

**U F:** MT

**TELEFONE:** DDD ( 65 ) 9972.3403

**FAX:** 3221.0003

**E-MAIL:** raoulcarlos@yahoo.com

**FORMAÇÃO:**

	ÁREAS/SUBÁREA DO CONHECIMENTO	INSTITUIÇÃO	ANO DE INÍCIO	ANO DE CONCLUSÃO
GRADUAÇÃO	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	1990	1994
ESPECIALIZAÇÃO				
MESTRADO	EDUCAÇÃO PÚBLICA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	1998	2000
DOUTORADO				
PÓS-DOUTORADO				

**ATIVIDADES DOCENTES:**

DISCIPLINA(S) LECIONADA(S)	GR. / PG.	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1. CIÊNCIA POLÍTICA	GR	UNIVAG	1998-2006
2. ECONOMIA POLÍTICA	GR	UFMT	1997-1998
3. TEORIA ECONÔMICA	GR	UFMT/UNIVAG/UNEMAT	1997-2009
4. ECONOMIA BRASILEIRA	GR	UNEMAT	2006-2009
5. ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	PG	ICE/FAP	2004-2008

ORIENTAÇÃO DE ALUNOS	GRADUAÇÃO PET/IC/ OUTROS	PÓS- GRADUAÇÃO ESP./M/D	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1. Dirceu Luiz da Silva Siqueira		ESP	FAP	2008
2. Ana Luci Souza Fontana		ESP	FAP	2008
3. Domingas Ribeiro		ESP	FAP	2008
4.				
5.				
6.				
7.				

8.				
----	--	--	--	--

**ATIVIDADES NÃO DOCENTES:**

CARGO OU FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1. Coordenador de Prospecção, Análise e Tendências	UNEMAT	2007-2008
2. Assessor de Planejamento e Orçamento	UNEMAT	2008-2009
3.		
4.		
5.		

## **CURRICULUM VITAE RESUMIDO**

**NOME:** Antonia Maria Rosa

**INSTITUIÇÃO:** UNEMAT e Hospital Regional

**CARGO/FUNÇÃO:** Professora

**VÍNCULO EMPREGATÍCIO:**

**ENDEREÇO:**

**CEP:** 78200-000      **CIDADE:** Cáceres

**U F:** MT

**TELEFONE: DDD** ( 65 ) 3221-0026

**E-MAIL:** [antonia-mr@hotmail.com](mailto:antonia-mr@hotmail.com)

**Enfermagem:** 3221-0504

**FORMAÇÃO:**

	ÁREAS/SUBÁREA DO CONHECIMENTO	INSTITUIÇÃO	ANO DE INÍCIO	ANO DE CONCLUSÃO
<b>GRADUAÇÃO</b>	Enfermagem.	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS	1994	1999
<b>ESPECIALIZAÇÃO</b>	Administração Hospitalar	Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT	2000	2001
<b>ESPECIALIZAÇÃO</b>	Saúde da Família	Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT	2001	2003
<b>MESTRADO</b>	Saúde Coletiva / Epidemiologia e Saude Pública	Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT	2006	2008
<b>DOCTORADO</b>				
<b>PÓS-DOCTORADO</b>				

**ATIVIDADES DOCENTES:**

DISCIPLINA(S) LECIONADA(S)	GR. / PG.	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1. Saúde da Criança e do Adolescente		UNEMAT	2004-Atual
2.			
3.			
4.			
5.			

ORIENTAÇÃO DE ALUNOS	GRADUAÇÃO PET/IC/ OUTROS	PÓS-GRADUAÇÃO ESP./M/D	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1. Anna Patrícia Holanda Soares	Enfermagem		UNEMAT	2008
2. Gizeli de Lima	Enfermagem		UNEMAT	2008
3. Bruna Caldeira Mirandola	Enfermagem		UNEMAT	2008
4. Daiana Alves Vendramel	Enfermagem		UNEMAT	2008
5. Emanuelle Rondon dos Reis	Enfermagem		UNEMAT	2008
6. Maria de Jesus Rodrigues	Enfermagem		UNEMAT	2008
7.				
8.				

**ATIVIDADES NÃO DOCENTES:**

CARGO OU FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1.		
2. Serviços técnicos especializados	Secretaria Municipal de Saúde, Centro de Saúde.	1999-2000
3. Serviços técnicos especializados	Secretaria Municipal de Saúde	2000-2001

4. atividades técnico-científicas	Secretaria Municipal de Saúde	2002-2003
5. Serviços técnicos especializados	Hospital Regional de Cáceres	2001-Atual

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA/TÉCNICA/ARTÍSTICA RELEVANTE NOS ÚLTIMOS 05 ANOS**

***CURRICULUM VITAE RESUMIDO***

NOME: NAUDIA DA SILVA DIAS

INSTITUIÇÃO: UNEMAT/ CÁCERES

CARGO/FUNÇÃO: DOCENTE/ENFERMEIRA

VÍNCULO EMPREGATÍCIO: EFETIVA

ENDEREÇO: RUA PALERMO N. 322 JARDIM ITÁLIA

CEP: 78060735 CIDADE: CUIABÁ

UF:

TELEFONE: DDD ( 65 ) 81271949

FAX:

E-MAIL: Naudia\_dias@hotmail.com

**FORMAÇÃO:**

	ÁREAS/SUBÁREA DO CONHECIMENTO	INSTITUIÇÃO	ANO DE INÍCIO	ANO DE CONCLUSÃO
GRADUAÇÃO	Enfermagem	UFMT	1997	2002
ESPECIALIZAÇÃO	SAÚDE PÚBLICA	IBPEX	2003	2004
MESTRADO	ENFERMAGEM	UFMT	2006	2008
DOCTORADO				
PÓS-DOCTORADO				

**ATIVIDADES DOCENTES:**

DISCIPLINA(S) LECIONADA(S)	GR. / PG.	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1. DOCENTE	GR	UNEMAT	2004
2. DOCENTE	GR	UNIC	2006
3. DOCENTE	PG	UNIC	2007
4. DOCENTE	PG	UNINGA	2008
5.			

ORIENTAÇÃO DE ALUNOS	GRADUAÇÃO PET/IC/ OUTROS	PÓS-GRADUAÇÃO ESP./M/D	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1. Linikenia	GR		UNEMAT	2007
2. Luiz	GR		UNEMAT	2007
3. Daniele Louize Padilha		PG/ Esp.	UNIC	2009
4. Maria Carolina		PG/Esp.	UNIC	2008
5. Luciana da Silva Barros	GR		UNEMAT	2009
6. Cristina	GR		UNEMAT	2009
7. Gisele de Almeida Silva	GR		UNEMAT	2008
8. Cassia Perreira de Morura	GR		UNEMAT	2007

**ATIVIDADES NÃO DOCENTES:**

CARGO OU FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1.		
2. Enfermeira	Hospital Universitário Julio Muller	2002
3. Enfermeira	FUNASA/ Saúde indígena	2003
4. Enfermeira	Hospital Regional de Cáceres	2003/2005
5.		

## **PRODUÇÃO CIENTÍFICA/TÉCNICA/ARTÍSTICA RELEVANTE NOS ÚLTIMOS 05 ANOS**

Análise de Teses e Dissertações de Enfermagem. Sobre a Atenção à Criança na Rede Básica/Revista Eletrônica de Enfermagem/<http://www.fen.ufg.br/revista/v10/n4/v10n4a25.htm>.

Análise das aplicações das atividades de recreação terapêutica em unidade pediátrica de um Hospital Regional de Mato Grosso/59º Congresso Brasileiro de Enfermagem - a Integralidade e a enfermagem na competência coletiva do cuidar em saúde

Assistência ao neonato em uma unidade do Programa Saúde da Família do município de Cuiabá/MT/59º Congresso Brasileiro de Enfermagem- A integralidade e a enfermagem na competência do cuidar em saúde.

Políticas Públicas de Saúde voltadas ao recém- nascido/V Fórum Mineiro de Enfermagem/2006.

<b>NOME:</b>	Cláudia Maria Guimarães Lopes de Castro				
<b>INSTITUIÇÃO:</b>	Escola Pública de Saúde – Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso				
<b>CARGO/FUNÇÃO:</b>	Coordenadora da Formação Indígena	<b>VÍNCULO EMPREGATÍCIO:</b>	Funcionário Público		
<b>ENDEREÇO:</b>	Rua 15 de novembro- 372- centro				
<b>CEP:</b>	78200000	<b>CIDADE:</b>	Cáceres	<b>U F:</b>	MT
<b>TELEFONE: DDD</b>	(065 )	84029627	<b>FAX:</b>	<b>E-MAIL:</b>	claudiapesquisadora@gmail.com

#### FORMAÇÃO:

	ÁREAS/SUBÁREA DO CONHECIMENTO	INSTITUIÇÃO	ANO DE INÍCIO	ANO DE CONCLUSÃO
<b>GRADUAÇÃO</b>	Serviço Social	Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT	1990	1994
<b>ESPECIALIZAÇÃO</b>	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social	Universidade Federal de Mato Grosso	1996	1997
<b>MESTRADO</b>	Saúde Coletiva	Universidade Federal de Mato Grosso/ Instituto de Saúde Coletiva/ Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva	2006	2007
<b>DOCTORADO</b>				
<b>PÓS-DOCTORADO</b>				

#### ATIVIDADES DOCENTES:

DISCIPLINA(S) LECIONADA(S)	GR. / PG.	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1. Teoria do Serviço Social I		UFMT	1996 a 1998
2. Metodologia do Serviço Social I		UFMT	1996 a 1998
3. Administração do Serviço Social		UFMT	1996 a 1998
4. Metodologia Científica		UNIVAG	2001 à 2003
5. Antropologia		UNIVAG	2001 à 2003
6. Sociologia da Educação		UNIVAG	2001 à 2003
7. Sociologia do Turismo		UNIVAG	2001 à 2003
8. Sociologia Aplicada à Administração		UNIVAG	2001 à 2003
9. Política de Saúde e Política de Saúde Indígena.		UNEMAT	2008

ORIENTAÇÃO DE ALUNOS	GRADUAÇÃO PET/IC/ OUTROS	PÓS-GRADUAÇÃO ESP/M/D	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1. Orientadora de Estágio do Núcleo de Assistência Jurídica/UFMT	X		UFMT	1996 a 1998
2. Orientadora de Estágio da APAE e Hospital Universitário	X		UFMT	1996 a 1998
3. Orientadora de Estágio da APAE e Hospital Universitário e Fundação Centro de Reabilitação Dom Aquino Correa	X		UFMT	1996 a 1998
4. Orientadora de Monografia de Conclusão de Curso/Serviço Social	X		UFMT	1996 a 1998
5. Orientadora de Monografia		X	Escola Pública de Saúde de Mato Grosso	2008 a 2009

**ATIVIDADES NÃO DOCENTES:**

<b>CARGO OU FUNÇÃO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>PERÍODO</b>
1. Conselheira Titular do Conselho Estadual de Assistência Social/MT	Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania/MT	2000 a 2001
2. Conselheira Titular do Conselho Estadual de Direitos Humanos/MT	Secretaria de Estado de Saúde/MT	2001 a 2002
Coordenadora da Brinquedoteca Ontológica	Hospital Santa Rosa	1999 a 2001
<b>3. Membro da Comissão Nacional de Saúde Indígena</b>	FUNASA/Ministério da Saúde	2008
<b>4. Membro Titular da Comitê de Ética na Pesquisa</b>	UNEMAT	2009
<b>5. Coordenadora da Formação Indígena da Escola Pública de Saúde de Mato Grosso</b>	Secretária de Estado de Saúde de Mato Grosso	2005 a 2009

## **PRODUÇÃO CIENTÍFICA/TÉCNICA/ARTÍSTICA RELEVANTE NOS ÚLTIMOS 05 ANOS**

1 - Secretária Estadual de Saúde- Manual de Capacitação do Curso 14- Atendimento Social ao Paciente das Endemias.

Texto: Uma breve Reflexão Paradigmática

Pág : 12-16

2 - Secretária Estadual de Saúde- Manual de Capacitação do Curso 14- Atendimento Social ao Paciente das Endemias.

Texto: Aconselhamento: “Um direito de cidadania”

Pág : 62-64

3 - VII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva – Associação Brasileira de Pós Graduação em Saúde Coletiva  
Título: Corporeidade, Cultura e Saúde (trabalho selecionado para participar do Projeto Cultura é Saúde)

4 - I Conferência Internacional de Educação Profissional e Tecnológica e II Seminário Regional de Educação Profissional e Tecnológica

Principal Atividade: Trabalho: Projeto Xamã: O Processo de Formação e Atuação dos Auxiliares de Enfermagem Indígena Kurâ-Bakairi

5 - I Conferência Internacional de Educação Profissional e Tecnológica e II Seminário Regional de Educação Profissional e Tecnológica

Principal Atividade: Mesa Formação Indígena

6 - Secretária de Estado de Saúde de Mato Grosso

II Mostra Estadual de Saúde do Mato Grosso

Principal Atividade: Trabalho: Projeto Xamã: O Processo de Formação e Atuação dos Auxiliares de Enfermagem Indígena Kurâ-Bakairi

7 - 8º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva e 11º Congresso Mundial de Saúde Pública promovido pela Associação Brasileira de Pós Graduação em saúde Coletiva – abraço e World Federation of Public Health Association – WFPHA

Apresentação da Pesquisa: Projeto Xamã: A Formação em Auxiliar de Enfermagem Indígena

**NOME:** Eliane Ignotti

**INSTITUIÇÃO:** UNEMAT

**CARGO/FUNÇÃO:** Professora Adjunto Doutora

**VÍNCULO EMPREGATÍCIO:** Prof. Efetivo DE

**ENDEREÇO:**

**CEP:** 78.200-000 **CIDADE:** Cáceres

**UF:** MT

**TELEFONE: DDD** (65) 9973-0201/ **FAX:** 32210000

**E-MAIL:** [eignotti@uol.com.br](mailto:eignotti@uol.com.br)

(21) 9556-2994

**FORMAÇÃO:**

	ÁREAS/SUBÁREA DO CONHECIMENTO	INSTITUIÇÃO	ANO DE INÍCIO	ANO DE CONCLUSÃO
<b>GRADUAÇÃO</b>	Enfermagem e Obstetrícia	Universidade Estadual de Londrina	1982	1985
<b>ESPECIALIZAÇÃO</b>	Planejamento Estratégico Situacional Em Saúde	Fundação Osvaldo Cruz Escola Nacional de Saúde Pública.	1996	1996
<b>ESPECIALIZAÇÃO</b>	Epidemiologia Para o Controle da Malária.	Universidade Federal de Mato Grosso,	1996	1996
<b>MESTRADO</b>	Saúde Pública	Fundação Osvaldo Cruz Escola Nacional de Saúde Pública	1997	1999
<b>DOUTORADO</b>	Saúde Coletiva/ Epidemiologia	Fundação Osvaldo Cruz Escola Nacional de Saúde Pública	2002	2004
<b>PÓS-DOUTORADO</b>	Saúde Coletiva/ Epidemiologia.	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2008	-

**ATIVIDADES DOCENTES:**

DISCIPLINA(S) LECIONADA(S)	GR. / PG.	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1. Construção e Gerenciamento de Bancos de Dados Epidemiológicos		Universidade Federal de Mato Grosso	2005-Atual
2. Introdução aos Desenhos de Estudos Epidemiológicos - Desenho de Estudos Epidemiológicos		Universidade Federal de Mato Grosso	2005 - Atual
3. saúde pública		Universidades Estadual de Mato Grosso	-2009
4. epidemiologia		Universidades Estadual de Mato Grosso	-2009
5.			

ORIENTAÇÃO DE ALUNOS	GRADUAÇÃO PET/IC/ OUTROS	PÓS-GRADUAÇÃO ESP./M/D	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1. Maria Salomé dos Santos	GR Enfermagem		Universidade do Estado de Mato Grosso	2001-2005..2009
2. Viviane Solange Pereira	GR- Ciências Biológicas		Universidade do Estado de Mato Grosso	2006-2008
3. Rogério Nunes da Silva	GR- Enfermagem		Universidade do Estado de Mato Grosso	2007
4. Helena Ferraz Bühler	GR- Enfermagem		Universidade do Estado de Mato Grosso	2007
5. Hellen Caroline de Oliveira Pereira	GR- Enfermagem		Universidade do Estado de Mato Grosso	2000-2005.2007
6. Vanessa Nascimento	GR- Enfermagem		Universidade do Estado de Mato Grosso	2006
7. Shaiana Villela Hartwig	GR- Enfermagem		Universidade do Estado de Mato Grosso	2006
8. Beatriz Fátima Oliveira.	GR- Enfermagem		Universidade do Estado de Mato Grosso	2006
9. Cleyton de Moraes Souza	Enfermagem		Universidade do Estado de Mato Grosso	1999-2004.2005
10. Donato Ferreira da Silva.	GR Ciências		Universidade do Estado de Mato Grosso	2001

	Biológicas			
11. Izoira Paludo.	GR- Enfermagem		Universidade do Estado de Mato Grosso	2001
12. Maria Salomé dos Santos	GR- Enfermagem		Universidade do Estado de Mato Grosso	2001
13. Sandra Torres		Especialização	Escola de Saúde Pública Agrícola Paes de Barros	2006
14. Catarina Célia de Araújo Amorim		Especialização	Universidade Federal de Mato Grosso	2005
15. Larissa Maria Scalon Lemos		Especialização	Universidade Federal de Lavras	2005
16. Kalline Freire Soarez		Especialização	Universidade Federal de Mato Grosso.	1993 - 2002.. 2004
17. Rômulo Lacerda Bispo		Especialização	Universidade Federal de Mato Grosso.	-2002. 2003
18. Henry Maia Peixoto		Especialização	Universidade Federal de Mato Grosso.	2002
19. Leonardo Graever		Especialização	Universidade Federal de Mato Grosso	2002
20. Márcio Fernandes Mota		Especialização	Universidade Federal de Mato Grosso	2002
21. Denise da Costa Boamorte Cortela		Mestrado	Universidade Federal de Mato Grosso	2008
22. Antônia Maria Rosa		Mestrado	Universidade Federal de Mato Grosso	2008

**ATIVIDADES NÃO DOCENTES:**

CARGO OU FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1. Chefe de Divisão Financiamento	PRPPG/UNEMAT	1999
2. Conselhos, Comissões e Consultoria,	PRPPG/UNEMAT	2005-Atual
3. Conselhos, Comissões e Consultoria	FAPEMAT	2005-Atual
4. Direção e administração-Departamento de Enfermagem.	UNEMAT,	2004
5. Direção e administração- Departamento de Ciências Biológicas.	UNEMAT	1993-2004
6. Chefe da Divisão de Financiamento.	PRPPG/UNEMAT	03/1999 - 06/1999

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA/TÉCNICA/ARTÍSTICA RELEVANTE NOS ÚLTIMOS 05 ANOS**

***CURRICULUM VITAE RESUMIDO***

**NOME:** Amaury do Carmo Carvalho e Silva

**INSTITUIÇÃO:** Universidade do Estado de Mato Grosso

**CARGO/FUNÇÃO:** Professor do Curso de Graduação em Enfermagem

**ENDEREÇO:** Rua Pará Qd 29 casa 05 Jd Paula II Várzea Grande

**CEP:** 78.135-660

**TELEFONE:** (65) 8123-5482

**FORMAÇÃO:** Enfermeiro

	ÁREAS/SUBÁREA DO CONHECIMENTO	INSTITUIÇÃO	ANO DE INÍCIO	ANO DE CONCLUSÃO
GRADUAÇÃO	Enfermagem	Universidade Federal de Mato Grosso	1996	2000
ESPECIALIZAÇÃO	Saúde Pública	IBPEX	2002	2004
MESTRADO	Enfermagem	Universidade Federal de Mato Grosso	2007	2009
DOUTORADO				
PÓS-DOUTORADO				

**ATIVIDADES DOCENTES:**

DISCIPLINA(S) LECIONADA(S)	GR. / PG.	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1. Enfermagem em Urgências e emergências		Universidade do Estado de Mato Grosso	2003- 2006
2. Enfermagem em Saúde do Adulto		Universidade do Estado de Mato Grosso	2003 - 2006
3. Enfermagem em Saúde do idoso		Universidade do Estado de Mato Grosso	2003- 2009
4.			
5.			

ORIENTAÇÃO DE ALUNOS	GRADUAÇÃO PET/IC/ OUTROS	PÓS-GRADUAÇÃO ESP./M/D	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1. Eulita Regina Zilliotto	monografia		A representação social do Enfermeiro na Comunidade Castanhal-MT	2005-2006
2. Daiany de Paula Pacheco	monografia		O cuidado de enfermagem a pacientes submetidos a cateterismo central em UTI.	2008-2009
3.				
4.				
5.				
6.				
7.				
8.				

**ATIVIDADES NÃO DOCENTES:**

CARGO OU FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
1. Secretário Executivo	Consórcio Intermunicipal Saúde do Oeste de MT (CISOMT)	2004-2006
2. Gerente de Enfermagem	Hospital Regional de Cáceres Dr. Antônio Fontes	2003-2005
3. Enfermeiro da ESF	Prefeitura Municipal de Poconé – MT.	2001
4.		
5.		

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA/TÉCNICA/ARTÍSTICA RELEVANTE NOS ÚLTIMOS 05 ANOS**

- 01. SILVA, A. C. C. ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE ENFERMAGEM DE UM CENTRO OBSTÉTRICO NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ: VISLUMBRANDO A HUMANIZAÇÃO DO CUIDADO (Dissertação de Mestrado), 2009.**
- 02. SILVA, A. C. C.; CORRÊA, A. C. P. Percepção do trabalhador de enfermagem acerca do processo de humanização de assistência ao parto, Mato Grosso, 2009.( Artigo encaminhado para publicação)**
- 03. SILVA, A. C. C.; CORRÊA, A. C. P. A necessidade de reorganização das práticas no hospital público: uma reflexão na busca da integralidade da atenção. In: 59º CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM – ABEN , Brasília 2007.**